

revista

poli

saúde
educação
trabalho

Ano IX – Nº. 52 – jul./ago. 2017



PATO DE TRÓIA:

surpresas e
indefinições por
trás da crise
política
brasileira



ENTREVISTA

Fernando Penna fala sobre o recém-criado Movimento pela Educação Democrática



Conheça o

Poli

Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

www.epsjv.fiocruz.br

Ano IX - Nº 52 - jul./ago. 2017

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde ISSN 1983-909X

Editores

André Antunes / Cátia Guimarães / Maíra Mathias

Repórteres

Ana Paula Evangelista / André Antunes / Cátia Guimarães / Maíra Mathias

Estagiária de Jornalismo

Giulia Escuri

Projeto Gráfico e Diagramação

José Luiz Fonseca / Maycon Gomes

Ilustração de Capa

Caco Xavier

Mala Direta e Distribuição

Valéria Melo / Tairone Cardoso

Coordenador de Comunicação, Divulgação e Eventos

Marcelo Paixão

Comunicação Interna

Talita Rodrigues

Editora Assistente de Publicações

Gloria Carvalho

Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria

Tiragem

12.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Gráfica

Edgráfica

Conselho Editorial

Alexandre Moreno / Isabela Cabral / Adeline Pereira / Ieda Barbosa / José Orbílio / André Feitosa / Ana Lúcia Soutto Mayor / Leandro Medrado / Leandro Nardarcio / Felipe Machado / Carlos Maurício Barreto / Sérgio Ricardo Oliveira / Anakeila de Barros Stauffer / Sergio Munck / Marco Antônio Santos / Maria Emília Rossignieux / Filipe Santos / Andrea Oliveira / Elenice da Cunha



PANORAMA

2

RADAR DOS TÉCNICOS

4

CAPA

Como será o amanhã? Responda quem puder...

6

ENTREVISTA

Fernando Penna - 'Temos que nos contrapor a esse discurso mostrando os equívocos do Escola sem Partido e dos outros movimentos conservadores'

16

POLÍTICAS PÚBLICAS

Cerco à Cracolândia

20

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Os impactos da violência sobre a educação

26

DICIONÁRIO

Escravidão

31



/epsjvfiocruz

Receba a Poli: formulário pelo site www.epsjv.fiocruz.br/recebaarevista

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 306
Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro CEP.: 21040-360
Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 comunicacao@epsjv.fiocruz.br

Assine Nosso Boletim pelo site www.epsjv.fiocruz.br



Vacinação em baixa

A adesão a vacinas disponíveis no SUS está em queda. A baixa procura pela vacina contra o HPV (papiloma vírus humano) pode fazer com que até 60 mil doses – cerca de 3% do estoque repassado pelo Ministério da Saúde – vá para o lixo. A adesão tem caído principalmente a partir da segunda dose. Desde a sua introdução no calendário nacional, em 2013, até março deste ano, 70,5% das meninas entre nove e 15 anos foram imunizadas com a primeira dose mas apenas 43% receberam a segunda. Em relação à vacinação masculina, de janeiro a março somente 9,6% dos meninos entre 12 e 13 anos receberam a imunização.

Outras vacinas também enfrentam queda na adesão, o que facilita surtos de doenças que não são mais tão comuns. Como o surto de sarampo no Ceará entre 2013 e 2015, que atingiu 38 municípios e totalizou 1.052 casos. No ano passado, foram registrados 3.206 casos de caxumba em São Paulo, com uma queda de 25% no número de crianças vacinadas contra a tríplice/tetra viral no país. O Ministério da Saúde acredita que o fato da vacina ser relativamente nova no calendário obrigatório é o motivo para a baixa imunização. A estimativa da pasta é que, na população não vacinada, 85% dos adultos poderão ter caxumba, que pode causar encefalite e meningite.



No ano passado, a imunização contra a poliomielite atingiu 84% da cobertura. A meta era imunizar 95% do público-alvo: crianças entre seis meses e cinco anos incompletos. Para o Ministério da Saúde, o menor índice da última década está relacionado ao sucesso na erradicação da doença no Brasil: não são registrados casos de pólio desde 1990. Contudo, ainda existem casos em nove países da África e Ásia.

A baixa imunização contra a gripe fez com que a Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza fosse prorrogada em mais 15 dias em maio. Poucos dias antes do fim do prazo apenas 63,6% do público-alvo havia sido vacinado. O Ministério acredita que a baixa procura está ligada aos poucos óbitos, comparado ao ano de 2016 quando cerca de 2 mil pessoas morreram por complicações.

A disseminação de movimentos e notícias falsas contrários à vacinação nas redes sociais também preocupa o Ministério da Saúde. Segundo o Estadão, existem cerca de cinco grupos do tipo no Facebook, reunindo mais de 13,2 mil pessoas. A tendência preocupa. Na França, uma pesquisa feita pela associação Mutuelle Nationale des Hospitaliers revelou que 25% dos franceses acreditam que as vacinas trazem mais riscos do que benefícios. Eles se baseiam em estudos falsos publicados na internet.



Menos vagas e escolas públicas

A pesquisa ‘Privatização e Mercantilização da Educação Básica no Brasil’ realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNTE), em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), investigou a dinâmica das matrículas na educação básica entre 2009 a 2013. A conclusão é que houve uma redução de 4,8% no total de matrículas puxada, principalmente, pelas redes públicas estaduais e municipais de ensino.

Na rede estadual houve diminuição de 2,8 milhões de matrículas e na municipal de 1,1 milhão. Já o setor privado teve um acréscimo de 1,3 milhões de

inscrições. Os resultados são consistentes com o número de estabelecimentos de ensino: enquanto estados fecharam 1.546 escolas e municípios 8.565; a rede privada abriu 3.137 colégios. A rede federal de ensino também cresceu: ganhou 212 estabelecimentos.



Duas leis contra o estupro

O estupro pode se tornar um crime imprescritível. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 64/2016 pretende tornar o estupro um crime inafiançável que poderá ser punido mesmo depois de muitos anos. A proposta, de autoria do senador Jorge Viana (PT-AC), tramita no Senado Federal.

Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a cada 11 minutos ocorre um estupro no país. Já o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) aponta que o número de casos é subnotificado e pode ser muito maior: pesquisadores estimaram em 527 mil o número de vítimas de violência sexual no Brasil todos os anos, quase um caso por minuto. Segundo o Ipea, somente 10% das vítimas reportam o crime à polícia. Entre os motivos para não denunciar estão o medo de sofrer mais assédio, preconceito ou superexposição. Além disso, cerca de 70% dos estupros são cometidos por parentes, namorados ou amigos da vítima, o que contribui para a impunidade do autor de violência. É por esses motivos, entre outros, que a PEC propõe que o estupro se torne imprescritível. “A coragem para denunciar um estupro, se é que um dia apareça, pode demorar anos”, diz o texto.



Proposta quer Fundeb permanente

Tramita no Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15/2015 que transforma o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em um instrumento de financiamento permanente. Criado pela Emenda Constitucional 53/2006, o Fundeb teria vigência até 2020. De autoria da deputada Raquel Muniz (PSC-MG), a PEC estava na Comissão Especial da Câmara dos Deputados no fechamento desta edição.

O Fundeb vigora há dez anos. Foi criado para substituir e ampliar o escopo de atuação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que restringia o financiamento a esse nível de ensino. Trata-se de um fundo especial de âmbito estadual formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados para financiar a educação pública (infantil, ensino fundamental e médio), incluindo a remuneração de professores. A legislação atual prevê que, somente quando o Fundo não consegue atingir o valor médio ponderado por aluno, a União complementa com no mínimo 10% e no máximo 30% o seu orçamento.

Se aprovado, o novo Fundeb deve estipular que o Fundo receba também os royalties provenientes da exploração de gás natural e petróleo. Além disso, a PEC determina que a União complemente o valor do piso salarial dos profissionais da Educação Básica quando o estado não conseguir cumprir a quantia fixada. Para o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE), Daniel Cara, a União deve elevar sua complementação de 30% para 50% do montante total. “Hoje, a cada um real investido em conjunto por estados e municípios, o governo federal coloca dez centavos. Defendemos que o governo federal ou o ente federado que mais arrecada coloque 50 centavos a cada real investido”, diz.

Ele acredita que a União terá possibilidade de contribuir mais com o Fundo porque a EC 95, que congela os gastos públicos do governo federal por 20 anos,

Já o Projeto de Lei do Senado (PLS) 618/2015 pretende aumentar a pena para o crime cometido por duas ou mais pessoas, em decorrência dos casos de estupro coletivo que ganharam destaque no último ano. O projeto é da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e tramita na Casa. O PLS prevê aumento em até dois terços da pena de seis a dez anos e para o caso de estupro de vulnerável, de oito a 15 anos. O texto propõe ainda pena de reclusão a quem oferecer, trocar, disponibilizar e transmitir por qualquer meio registros que contenham cenas de estupro.

prevê que o Fundeb não seja afetado. “Conseguimos fazer com que a complementação da União ao Fundeb fosse excluída do cômputo de mecanismos que se submetem ao teto, o que possibilita o aumento da complementação. É claro que vamos lutar pelo fim dessa Emenda porque ela é totalmente prejudicial a todos os direitos sociais, mas a gente conseguiu fazer com que o Fundeb ficasse fora do teto”. A situação do governo Temer, segundo Daniel Cara, também tem colaborado para a aprovação do novo Fundeb: “Os parlamentares começam a perceber que esse bloco de poder não deve se sustentar por muito tempo”.

Contudo, ele alerta para a pressão do setor privado e de organizações de base empresarial para que os recursos do Fundeb possam ser usados para vouchers, compra de matrículas do setor privado e a educação à distância para o Ensino Fundamental e Médio. “Lutamos pela perspectiva positiva, mas também temos que alertar que o outro lado quer a privatização da Educação Básica”, avisa.

PRONATEC CHEGA À RET-SUS

ROBERTO STUCKERT FILHO/PRESIDÊNCIA



Seis anos depois de ser lançado, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) chega à Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS). No dia 28 de março, a Consultoria Jurídica do Ministério da Educação (Conjur/MEC) deu seu aval para que as instituições vinculadas às secretarias estaduais ou municipais de saúde façam adesão ao Programa. A medida atinge 33 das 40 escolas e centros formadores que compõem a Rede. Até agora, não se sabe quantas ETSUS devem participar do Pronatec já em 2017. As Escolas interessadas podem aderir até o segundo semestre, quando o Programa irá fomentar o custeio de vagas em cursos de formação inicial e continuada (FIC) e cursos técnicos na modalidade de bolsa-formação.

O parecer positivo do MEC chega em um cenário de vacas magras para a formação de trabalhadores técnicos para o Sistema Único de Saúde. A última grande investida do Ministério da Saúde (MS) aconteceu em 2009, quando foi lançado o Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps) – que aportou R\$ 60 milhões em 2010 e R\$ 63 milhões em 2011. “Nós não acreditamos, diante desse contexto nacional, até estadual, em uma perspectiva de um novo Profaps, um novo Profae [Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área da Enfermagem, de 2002, que incentivou a ampliação da RET-SUS de 26 para 36 escolas], ou na criação de um novo programa do Ministério da Saúde para qualificar esse profissional de nível médio. Então, é um recurso interessante para as Escolas Técnicas, até porque o último Profaps foi em 2011”, analisa Flávia Medeiros, diretora do Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde (Cefope) do Rio Grande do Norte.

A análise do Conjur/MEC foi feita a pedido da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS) que explicitava há algum tempo a intenção de promover a articulação do Pronatec com as escolas. Sempre houve o debate se as particularidades das Escolas Técnicas seriam compatíveis com o Pronatec: as instituições majoritariamente vinculadas à gestão da saúde foram criadas para formar trabalhadores do SUS em serviço. Muitas delas não têm autonomia administrativa e financeira. Já o programa do MEC se notabilizou pela ênfase no financiamento de cursos FIC em

instituições privadas e no Sistema S. Participam ou já tiveram experiência com o Pronatec, as ETSUS Montes Claros (MG), Acre, Ceará e Amazonas.

Na opinião de Marise Ramos, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), essa é uma das razões pelas quais o Pronatec deve ser disputado pelas Escolas Técnicas do SUS: “O Pronatec mobiliza recursos públicos. As ETSUS são instituições públicas voltadas para a formação dos trabalhadores dos serviços públicos de saúde. Por isso mesmo, são escolas que oferecem cursos em sintonia com os princípios do Sistema Único. Do meu ponto de vista, não é só pertinente como politicamente necessário que a RET-SUS dispute esse espaço. Não só em termos de recursos, mas da própria concepção da formação, já que essas escolas detêm uma expertise na formação mediante as necessidades do SUS”.

O dinamismo da realidade epidemiológica do país, que pede respostas rápidas do sistema de saúde, é justamente uma das preocupações de quem pretende aderir ao Pronatec, que só financia cursos listados nos catálogos nacionais. “Por exemplo, vamos ofertar uma formação para técnicos de enfermagem da Saúde da Família que estão lidando com crianças com microcefalia. Para contribuir com a estratégia de ação rápida, há necessidade de um curso que não está contemplado nesse catálogo do Pronatec. Vamos conseguir ofertar? O grande nó crítico que precisamos desatar é exatamente esse: a nossa clientela é o trabalhador do SUS. Não é o caso da clientela normal do Pronatec vinda de outras instituições, que são as pessoas da comunidade”, conclui Flávia

PRIVATIZAÇÃO DO CUIDADO AO IDOSO?

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 6764/16 que regulamenta o exercício das profissões de gerontólogo e de tecnólogo em gerontologia. O PL está no plenário e aguarda o parecer do relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Se regulamentada, a profissão de gerontólogo será exercida pelo bacharel ou especialista em gerontologia, um profissional graduado não necessariamente na área da saúde que fez uma especialização *lato sensu* ou *stricto sensu*, ele pode atuar em ações de atenção ao idoso e participa de políticas e modalidades assistenciais à terceira idade. Já o tecnólogo precisa ter diploma específico e poderá desenvolver pesquisas na área do envelhecimento humano, participar como técnico de nível superior em grupos de saúde, sanitarismo, nutrição e fisioterapia, além de integrar equipes profissionais no âmbito da indústria farmacêutica e cosmética. Segundo o texto, a regulamentação das profissões vai ao encontro do objetivo de que o envelhecimento do brasileiro ocorra com qualidade.

A profissão do cuidador de idosos não está no PL, que mira no nível superior. Daniel Groisman, professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), acredita que os profissionais que não têm uma graduação ou uma especialização poderiam ser incluídos no projeto como trabalhador da gerontologia de nível fundamental, médio ou técnico. “Há grupo muito grande de trabalhadores que atende à população idosa e na medida em que há um projeto de lei visando fortalecer esses profissionais, deveria olhar para todos que atuam na área. Por que esquecer trabalhadores que são tão importantes e estão na base da cadeia?”, comenta. O PL, segundo ele, não dialoga com a realidade: “Se isso fosse levado ao pé da letra, somente pessoas tituladas e com ensino superior poderiam atender idosos e isso não é

uma realidade. A própria gerontologia é um campo multidisciplinar, existem pessoas que lidam com a população idosa sem que tenham título”.

Para Daniel é contraditório que o PL seja analisado quando o Brasil vem enfraquecendo suas políticas públicas na área de atenção à saúde dos idosos. “Talvez essa profissão vá atuar no mercado, e isso não é ruim, mas podem se acentuar as diferenças entre quem tem capacidade econômica e quem não tem, aumentando as assimetrias que já existem na nossa sociedade”, analisa. Segundo ele, o cenário recomenda o oposto à privatização da política pública: “Pensando na vulnerabilidade que as pessoas idosas têm no fim da vida, com a diminuição da sua capacidade de trabalho, aumento do custo de vida em função das necessidades de saúde e dificuldades de maneira geral, é preocupante imaginar que o mercado dará conta de tudo. Um contingente importante da população vai precisar da seguridade social”.

ESPECIALIZAÇÃO ACOMPANHA A EXPANSÃO DA RADIOTERAPIA NO SUS

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) iniciou no dia 29 de maio o Curso de Especialização Técnica de Nível Médio em Radioterapia com Ênfase em Aceleradores Lineares. A primeira turma do curso tem 27 alunos de todas as regiões do Brasil, em aulas administradas no Centro Formador de Pessoal para Saúde de São Paulo (Cefor-SP). O projeto faz parte do Plano de Expansão em Radioterapia no SUS, em parceria da EPSJV, o Instituto Nacional do Câncer (Inca) e com a Secretaria de Gestão do Trabalho e de Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS).

O Plano de Expansão da Radioterapia prevê a instalação de 80 aceleradores lineares em diversas cidades do Brasil. A iniciativa foi anunciada em 2012 e a previsão era que as máquinas comesçassem a operar em 2014. O atraso, segundo documentos do Ministério da Saúde, foi causado na elaboração de projetos para reforma dos hospitais. A pasta acredita que o prazo para a instalação dos aparelhos de radioterapia seja concluído até 2018.

Segundo Célia Viégas, subchefe da Radioterapia do Inca, a estimativa é que até o fim de 2017 sejam diagnosticados 600 mil novos casos de câncer em todo país. De acordo com ela, a radioterapia é utilizada para o tratamento de 70% dos casos, enquanto a quimioterapia é utilizada em 30% dos tratamentos.

Apesar da expansão do número de aparelhos de radioterapia, a capacidade instalada ainda atende apenas metade da demanda atual. Célia acrescenta que dos 80 novos equipamentos, quatro já estão instalados: na Paraíba, na Bahia, no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal.

O curso tem duração de seis meses e irá formar profissionais que já trabalham nos hospitais que irão receber os novos equipamentos. Até o final de 2018, 160 especialistas técnicos serão formados. Além da turma que já está em andamento em São Paulo, serão abertas mais quatro turmas em Salvador, São Paulo, Curitiba e Fortaleza.



O que será o amanhã?

Analistas discutem motivações e desdobramentos possíveis da crise política brasileira, que atinge novo auge com a denúncia do presidente

Cátia Guimarães

Os tempos, definitivamente, não estão para brincadeira. Mas é com uma expressão descontraída que o professor Plínio de Aruda Sampaio Junior, do Instituto de Economia da Unicamp, resume o que, na sua avaliação, estaria na raiz da turbulência que tem assolado o Brasil. “Aparentemente lá no andar de cima o pau está quebrando feio”, descreve, com olhos atentos ao momento em que a crise política atinge um novo ‘auge’, com as denúncias de corrupção envolvendo diretamente o presidente Michel Temer.

Hipóteses diversas tentam explicar as motivações dessa ‘briga’, que envolveria frações do grande empresariado e, cada vez mais, instituições clássicas do sistema político, como o Judiciário, o Legislativo e o Ministério Público. Análises variadas fazem suas apostas sobre o que virá depois do fundo do poço. O consenso é quase nenhum. “Se alguém disser que sabe explicar o que está acontecendo no Brasil hoje, prende porque está envolvido”, brincou também o professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mauro Iasi, durante um evento realizado ainda antes do vazamento da delação premiada dos donos da J&F, que deu início ao ‘caí não cai’ do presidente. A única certeza é que, comparado com um ano atrás, quando o país assistiu ao impeachment da presidente Dilma Rousseff, o cenário ficou mais complexo. De um lado, cresceu a mobilização social contra as reformas trabalhista e da previdência que, ironicamente, se tornaram o trunfo do governo Temer para manter o apoio do grande empresariado. De outro, os ‘estragos’ produzidos pela Operação Lava Jato se expandiram para outras siglas e lideranças políticas, complicando as teorias que identificavam apenas um processo de criminalização do Partido dos Trabalhadores. “Até então se imaginava que o movimento da classe dominante era apenas para atingir a esquerda da ordem, o PT. Ficou cla-

ro que é uma briga mais profunda do que isso”, completa Plínio.

Dúvida cruel

O comportamento das Organizações Globo, um dos maiores e mais importantes grupos empresariais do Brasil, deu a medida da temperatura da crise. Temer não tinha mais condições de governar, bradavam, já na primeira noite, os comentaristas que circulam diariamente pelos principais veículos de comunicação do país. O ‘furo de reportagem’ chegou à casa dos brasileiros na noite de 17 de maio. E a sensação era de que o breve e instável governo de Michel Temer não duraria nem mais 24 horas. Ele, no entanto, resistiu. Dois dias depois, um editorial do jornal O Globo publicado no meio do dia na versão online dava um passo adiante, pedindo a renúncia do presidente. “O Temer passou uma semana sendo literalmente bombardeado, tanto pelo Globo quanto pelo Jor-



Temer em declaração sobre denúncia de corrupção passiva feita pela PGR

nal Nacional”. Isso é muito difícil de explicar”, reconhece Pablo Ortellado, coordenador do Monitor do Debate Político no Meio Digital, projeto que ele desenvolve como professor da Universidade de São Paulo.

Mas o que parecia um ataque fulminante foi cada vez mais se mostrando uma batalha com dois lados, que dividiu até os grupos de mídia. Na direção oposta àquela assumida pelas Organizações Globo, o Estadão saiu em defesa de Michel Temer: com críticas crescentes ao Ministério Público Federal, chegou a recomendar, em editorial, que a denúncia do Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, que acusa o presidente do crime de corrupção passiva, fosse recusada pelo Supremo Tribunal Federal. Só depois de passados 18 dias do vazamento, a Folha de S. Paulo assumiu um posicionamento mais claro, recomendando — sem sucesso, como se viu depois — a cassação da chapa Dilma-Temer pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), lamentando

repetidas vezes o grau de instabilidade que geraria a saída de outro presidente em tão curto tempo.

O que explica toda essa divisão? “Há setores mais imediatistas que acham que o Temer é um governo capaz de conduzir as reformas e que, por mais que cheire mal, é preciso tapar o nariz e segurar isso até 2018. E há outros setores que, no meu entendimento, trabalham com uma estratégia de transição de longo prazo. Quando a Rede Globo joga o Temer ao mar com tanta rapidez e tanta decisão, eu acredito que o que está em jogo aí é o entendimento de que é preciso construir uma nova transição. Porque o que está se desmontando neste momento não é apenas o governo Temer, é o sistema político da Nova República”, analisa Guilherme Boulos, líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

A suposição é de que o grau de rejeição e descrença atual tornou o sistema político brasileiro insustentável, trazendo de forma concreta o ‘risco’ de surgirem “movimentos contestatórios por baixo”. Assim, o crescimento da mobilização social nos últimos meses teria acendido um sinal de alerta. “Eu acho que há setores da classe dominante que perceberam isso e que acreditam piamente em alguma forma de transição conservadora, tal como aquela feita no fim da ditadura militar — e que gerou exatamente esse sistema político. Seria uma transição controlada, feita por cima, de cúpula. E, nesse processo, depositam um papel protagonista para setores do Judiciário”, analisa Boulos. Por enquanto, diz, Temer tem sido mantido por um outro setor do grande empresariado que, “apesar de tudo, o vê ainda como a via mais rápida de realizar as reformas”. Mas ele alerta: “Se essa turma perceber que ele não vai ter condições de entregar esse pacote e, de uma vez por todas, desembarcar do governo, o Temer cai”.



A julgar pela fala do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, que representa quase 700 mil empresas no país, esse momento ainda não chegou. Segundo ele, em entrevista à jornalista Maria Cristina Frias, na Folha de S. Paulo do dia 26 de junho, hoje “todo o empresariado” defende a permanência do presidente Temer. “É melhor seguir e fazer a transição no país. Chega de turbulência”, defendeu, de acordo com o jornal. Foi uma fala isolada. Entre as outras entidades, parece reinar um compasso de espera. Entre os analistas ouvidos pela Poli, há controvérsias. “Temer tem muito pouco apoio na classe dominante hoje”, aposta Valério Arcary, professor titular aposentado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Baseado em pesquisas que fazem monitoramento da esfera pública nas ruas e nas redes sociais, Ortellado vai além: “Temer está completamente isolado. Na sociedade civil hoje, ele não tem nenhum apoio significativo”. Ele exemplifica com a situação dos movimentos sociais de direita que deram sustentação ao impeachment, como MBL e Vem pra Rua. “Todos eles se retiraram. Se estão apoiando, é por debaixo dos panos, o que conta muito pouco para quem faz agitação na sociedade civil. Eles foram obrigados a se posicionar de forma contrária ao governo Temer, embora não tenham feito nenhum tipo de mobilização, um pouco para não se somar ao grito de Diretas e, com isso, permitir que Lula seja eleito”, explica.

O fato inegável é que a declaração de Andrade foi um passo além, comparada à cautela que marcou a posição das principais entidades empresariais do país, inclusive a própria CNI, nos dias imediatamente após a denúncia. Num ‘Comunicado à nação’ publicado no dia 23 de maio nos principais jornais brasileiros, a Confederação clamou por “estabilidade política e econômica”, reconheceu a “turbulência” do momento e declarou confiança nos “poderes da república” para solucionarem a crise com “serenidade, equilíbrio e espírito público, em estreita observância da Constituição Federal”. Sem fazer qualquer referência ao presidente Temer, a imprecisão sobre o apoio ao governo contrastava com a firmeza na defesa da pauta econômica: “As reformas trabalhista, previdenciária, tributária e política são imprescindíveis e têm de continuar avançando”, dizia o texto. Três dias depois, foi a vez da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), que, também em anúncio na imprensa, se referiu às denúncias como “acontecimentos inesperados, que não nos cabe julgar”, afirmou confiança nas instituições para a “manutenção do Estado de Direito” e declarou-se contrária a “qualquer resultado” que prejudicasse as reformas. “A interrupção da volta à normalidade representa um grave risco à retomada do crescimento. Este é um destino que

não podemos e não vamos aceitar”, diz o texto. Na véspera, referindo-se genericamente às denúncias como “últimos acontecimentos”, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) pediu paz, apelou a uma “espécie de trégua institucional, política e partidária” e à “união de todas as forças da sociedade civil”. Sem fugir à regra, defendeu que “o Brasil precisa chegar às eleições de 2018 sem novos sobressaltos e com manutenção de uma base de apoio no Congresso Nacional que viabilize a continuidade da agenda de reformas”. É pelas reformas, pareciam dizer em bloco, que Temer deve ficar ou cair. Apenas a Fiesp, que protagonizou a defesa do impeachment em 2016, não fez referência às mudanças trabalhista e previdenciária, dedicando-se a defender a urgência de uma reforma política.

Pressão das ruas

Mas, reproduzindo o velho ditado, o que a realidade já mostrava a essa altura é que tinha faltado combinar com os adversários. Isso porque, quase dois meses antes da delação que envolveu o presidente, no dia 15 de março, cerca de um milhão de pessoas, segundo os organizadores, foram às ruas do país. Em 28 de abril, uma unidade de ação entre as várias centrais sindicais produziu um dia de paralisação e mobilização que foi comemorado como a maior greve nacional do país desde a década de 1980. “A pressão popular já estava extremamente ativa antes mesmo da divulgação das delações da JBS e isso tem a ver, acima de tudo, com a agenda de reformas”, explica Boulos.

Na continuidade dessa mobilização, quando movimentos sociais e centrais sindicais agendaram um ato chamado ‘Ocupa Brasília’ para o dia 24 de maio, o objetivo era o mesmo: intensificar a pressão no Congresso contra a aprovação das reformas. Mas, com o país surpreendido uma semana antes pela denúncia de corrupção que atingiu o Planalto, a manifestação incorporou os gritos de ‘Fora Temer’ e ‘Diretas

Já'. O governo resolveu demonstrar força. Literalmente. Uma violenta repressão policial deixou muitos feridos e pelo menos um manifestante atingido por bala letal. Além disso, Temer e o ministro da Justiça, Raul Jungman, assinaram um decreto autorizando a presença das Forças Armadas por uma semana para garantir a ordem em Brasília. Diante da repercussão, no dia seguinte, Temer recuou.

Nas manchetes dos jornais, o descabido do decreto e a bandeira do 'Fora Temer' deram o tom do noticiário, deixando a oposição às reformas em segundo plano. Mas não tem sido fácil ignorar o grau de impopularidade dessas medidas. Pesquisa Datafolha realizada em abril deste ano mostrou que 71% dos brasileiros são contra as mudanças propostas na aposentadoria. Enquete desenvolvida pelo Instituto Ipsos em maio aponta que 58% da população também não aprova a reforma trabalhista, o que é reforçado pelo resultado da consulta pública promovida pelo site do Senado: na data de fechamento desta edição, 154,7 mil tinham votado contra a reforma e apenas 7,5 mil a favor. Além disso, segundo a última pesquisa Datafolha, realizada em junho, 64% dos brasileiros afirmam que essa reforma vai beneficiar mais os empresários do que os trabalhadores. "O problema é que tanto o governo Temer quanto o Congresso Nacional demonstraram nos últimos meses que governam de costas para a sociedade. As reformas são rejeitadas por mais de 70% da população, uma maioria esmagadora defende eleições diretas e isso não ecoa nem no governo nem no parlamento. Criou-se um verdadeiro abismo entre a voz das ruas, o Congresso e o governo do outro lado", analisa Boulos. Pablo Ortellado resume: "Como Temer não foi eleito, ele não precisa ligar muito para sua aprovação. Essa agenda econômica não veio do processo eleitoral. Além disso, a gente tem um Congresso unido pelo medo da Lava Jato, que está apostando

que, ao fazer as reformas que agradam o mercado, vai conseguir uma espécie de salvo-conduto. Eu acho que essa conjunção de fatores está levando a essa situação excepcional que a gente está vivendo de desprezo pela democracia, em que pouco importa o que os eleitores pensam".

Não veio das urnas nem das ruas. De acordo com pesquisas realizadas por Ortellado durante os protestos pró-impeachment, mais de 70% dos manifestantes que foram às ruas denunciar o governo Dilma e o Partido dos Trabalhadores eram contra a reforma da previdência. O mesmo se verifica no acompanhamento feito nas redes sociais onde, segundo ele, as lideranças de movimentos como o MBL e o Vem pra Rua têm "apanhado" da sua base a cada vez que fazem campanha pelas reformas do governo Temer. Embora pondere que seus seguidores nas redes sociais não são todos integrantes da sua base, a coordenadora nacional do Vem pra Rua, Adelaide de Oliveira, não nega. "A gente já sabia que as reformas são impopulares, não é novidade. Mas continuamos considerando um remédio amargo que nós teremos que tomar", afirma, explicando que, no mundo todo, a "população em geral" é "um pouco mais imediatista". Ela lamenta que hoje, diante da crise política, sejam "reduzidas as chances" de aprovação, principalmente da reforma da previdência. "A gente torce para que isso aconteça, mas não acredito", diz. Adelaide considera o Congresso atual "horroroso", reconhece que boa parte dos parlamentares está comprometida com escândalos de corrupção, mas não concorda com o argumento de que eles não teriam legitimidade para votar mudanças tão profundas como essas. "Legitimidade eles têm porque foram eleitos. A palavra não é 'legítima'. Se eu acho conveniente que eles façam? Sim, eu acho conveniente que eles façam o correto. E para nós, as reformas estão na direção certa", afirma.

Da parte do governo, pesa nesse cálculo o fato de as reformas da previdência e trabalhista serem o carro-chefe da carta de exigências que diversos segmentos do grande empresariado apresentaram a Temer quando decidiram apoiar o impeachment que o levou ao Planalto. Entre a popularidade que nunca teve e o compromisso com o que uma parte do andar de cima considerava a receita para a "retomada da economia", o governo não teve dúvidas em acelerar a votação das medidas. Parecia estar dando certo. "Temer tentou fazer com as reformas trabalhista e da previdência o que ele fez com a PEC do Teto: tramitar muito rapidamente e impedir o debate público. Acontece que houve uma inédita aliança



das centrais sindicais, que conferiu força às mobilizações e impediu essa tramitação rápida. E uma vez que a sociedade discutiu o tema, ela foi contra”, explica Pablo Ortellado, ressaltando que as duas últimas grandes mobilizações sociais atrasaram a agenda do governo.

Na avaliação de Plínio de Arruda Sampaio, foi exatamente esse movimento, mais especificamente a realização da greve geral em abril, um dos fatores que acelerou o que ele chama de “derretimento do governo Temer”. O que se viu, diz, foi a “entrada em cena” de um sujeito que estava relativamente ausente: a “classe operária”. “Eu uso uma metáfora: você vai a um velório e, de repente, o morto mexe o dedo. Todo mundo presta atenção, é um susto danado”, brinca, argumentando que essa surpresa “catalisou” um segundo processo: a tal disputa no andar de cima, que, segundo ele, está na raiz da delação dos irmãos Batista e das ameaças que rondam o presidente.

O velho e o novo

Mas, afinal, que disputa é essa? Antes de tudo, ressalta Plínio, é preciso não esquecer do pano de fundo da crise econômica, que ele considera a maior da história moderna no país. No caso específico do Brasil, ele defende que está em curso uma “crise terminal da industrialização por substituição de importações”, que se intensificou nos últimos 15 anos. Isso significa que, na divisão internacional do trabalho, o país passou a ocupar um lugar “ultraespecializado” – e mais rebaixado – de quem produz e exporta produtos primários como carnes e minérios: as chamadas *commodities*. Nesse processo, diz, há setores empresariais em decadência e outros em curva ascendente. No primeiro caso, está, segundo ele, a indústria como um todo, aqueles setores representados por entidades como a CNI e a Fiesp. Engrossam também esse grupo as empreiteiras que, neste momento, sofrem uma grande pressão das concorrentes internacionais que querem entrar no mercado brasileiro. Coerentes com esse novo papel econômico do país, na outra ponta, em “franca expansão”, estariam os setores ligados ao agronegócio e à mineração. JBS e Vale – que, como ele destaca, cometeu um dos maiores crimes ambientais da história e até hoje não sofreu qualquer consequência – são bons exemplos de quem sai ganhando. No mesmo barco, aponta, o sistema financeiro também vai muito bem, obrigado. “A nova burguesia agora não tem a cara do Antonio Ermírio de Moraes [do grupo Votorantim]. Tem a cara do Joesley”, resume.

Tentando mapear o posicionamento do conjunto do empresariado, a reportagem da Poli entrou em contato com três entidades de diferentes segmentos. Nenhuma delas aceitou dar entrevista. Por meio de sua assessoria, a Fiesp respondeu que apenas o presidente, Paulo Skaff, poderia falar sobre isso, mas não tinha agenda. A Confederação

Nacional da Agricultura e Pecuária enviou a nota publicada nos jornais, afirmando que aquela era a posição oficial da entidade. Já a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), que não divulgou anúncio sobre o tema em nenhum jornal, disse, também através da assessoria, que não costuma se posicionar sobre a “crise econômica”. Esclarecida de que a pauta era, na verdade, a crise “política”, a resposta foi: “Menos ainda”.

Mas o que tudo isso tem a ver com a crise? “Ao ajuste econômico vai corresponder um ajuste político”, sugere Plínio, ressaltando que, evidentemente, esse processo não se dá de modo automático. Isso significa que, junto com os representantes do “velho” na economia, estaria morrendo também o que ficou “velho” na política: mais precisamente, a chamada Nova República, entendida como o sistema que emergiu no Brasil após o fim da ditadura empresarial-militar. Para caracterizar os lados dessa disputa, o economista criou até uma nomenclatura própria. “A briga dentro da burguesia se divide em duas frações, que eu chamo de ‘partido do estanca sangria’ e ‘partido do fora todos’”, classifica. Entre os representantes do ‘fora todos’, ele cita Rodrigo Janot, a Rede Globo e o juiz Sergio Moro – mas, institucionalmente, esse grupo pode ser resumido como aquele que tem sustentado o que ficou conhecido no Brasil como ‘Operação Lava Jato’. Já o ‘estanca sangria’, segundo ele, teria o senador Romero Jucá, ex-ministro do governo Temer, afastado após o vazamento de um áudio em que defendia um pacto para frear a operação, como sua maior expressão.

O mistério da Lava Jato

Afinal, quais as motivações da operação que já prendeu vários políticos e empresários, fomentou o caldo social que facilitou o apoio ao impeachment e agora ameaça o presidente Temer? Sobre isso, mais uma vez, abre-se um terreno em que não há consenso. Para Pablo Ortellado, os fatos mais atuais já permitem concluir que a seletividade antes atribuída à Lava Jato se deve, na verdade, à exploração que os meios de comunicação fazem dos seus resultados e não à operação em si. “Eu acho que uma coisa importante que qualquer análise de conjuntura precisa levar em conta é que não tem nenhuma força política por detrás do que está acontecendo no Brasil”, diz, defendendo que, para entender essa dinâmica, é preciso olhar para as “lógicas institucionais separadas”. “O TSE, a Lava Jato, a Procuradoria Geral, o Supremo, o Congresso, cada um tem um jogo próprio. Todas as explicações que buscam uma força oculta que estaria conduzindo todos esses atores são, obviamente, falsas”, diz. Especificamente em relação à operação, isso significa, na avaliação do professor, que se trata, “aparentemente”, de uma investigação que, ainda que com “recursos de legalidade duvidosa”, está tentando limpar o Brasil da corrupção. “Não está a serviço de nenhum ator político”, resume.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Acusado de tentar barrar a lava jato, Romero Jucá defende a reforma trabalhista no Senado

Mantendo o raciocínio da briga entre o ‘partido do estanca sangria’ e o ‘partido do fora todos’, Plínio não nega que as instituições que compõem a Lava Jato tenham se autonomizado – ele acredita, inclusive, que, já na presidência, Temer fez de tudo para frear a operação e não conseguiu. Mas, para o economista, o importante é que, sozinha, essa autonomia “não explica nada”. Isso porque, segundo ele, a pergunta para entender esse processo deve ser: “qual o sentido do conjunto dessas ações?”. E a resposta, na sua opinião, é que – ainda que não se trate de um movimento “intencional e programado”, já que os agentes não seriam “totalmente conscientes” – há uma parte do “sistema de poder” no Brasil que está atuando para destruir a outra. E ele acha que, por enquanto, tem conseguido.

Para Valério Arcary, a Lava Jato tem atuado, ela própria, como ator político. Mas ele recusa qualquer interpretação que se prenda na autonomia das instituições envolvidas. “A ideia de que há uma autonomia da investigação da Polícia Federal ou da atuação do Ministério Público em relação à classe dominante, ao capitalismo brasileiro, é fantasiosa. As classes médias no Brasil não têm musculatura, não têm peso social, não têm iniciativa política nem representação partidária que permita cumprir papel tão elevado”, opina, e conclui: “Isso significa que há um apoio burguês à Operação Lava Jato. Sem isso, não seria possível eles conquistarem esse prestígio, inclusive com os grupos de mídia, que obedecem diretamente às escolhas estratégicas da classe dominante”.

Mas que forças seriam essas representadas pelas ações da Lava Jato? “Eu acho que, primeiro, há uma pressão dos imperialismos em geral, particularmente do norte-americano”, responde. Segundo ele, ainda em 2008, os efeitos da crise na economia dos EUA provocaram, entre outras coisas, uma mudança na relação entre os países que incluiu, por exemplo, uma maior colaboração internacional entre os ministérios públicos. “A Suíça, por exemplo, flexibilizou o seu sigilo bancário, que era inviolável há séculos”, conta. No caso específico do Brasil, o ponto central de incômodo, de acordo com Arcary, passava pela relação dos partidos políticos com alguns “grandes ramos da economia nacional”.

“Isso atingiu proporções que subvertem as regras de funcionamento do capitalismo contemporâneo, basicamente, as operações com o BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] e o papel da Petrobras”, analisa, afirmando que hoje já se sabe que, no início da Lava Jato, “o Ministério Público foi subsidiado pela Polícia Federal com informações do governo norte-americano, que também estabelecia vigilância sobre alguns grandes grupos empresariais no Brasil, em particular, as empreiteiras”. Isso lá na origem, diz. Porque, a partir daí, uma fração da classe dominante brasileira teria se convencido de que, de fato, era preciso “modernizar as regras” do regime político que tinha gerado essas relações. E, na sua avaliação, é precisamente isso que está acontecendo até agora: uma reforma política, só que feita “a quente”.

Ele explica que, em condições normais de temperatura e pressão, uma transição como essa deveria se dar com debate no Legislativo, comandada por um “partido burguês” – papel que, segundo Arcary, caberia ao PSDB, sigla que representaria a “direção política da classe dominante” no Brasil. “Mas o PSDB está falhando”, diz, alertando que, diante dessa ausência, a Lava Jato passou a operar como “sujeito político”.

A professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) Virgínia Fontes também reconhece que, em algum momento, a “condução” da Lava Jato pode ter adquirido certa autonomia quando se tratava de “travar” o PT. Mas ela ressalta que nenhuma parte do Estado tem autonomia completa e acredita que a presença maior da Procuradoria Geral da República atualmente pode ter o objetivo de corrigir os rumos da operação, fazendo com que ela se espalhasse para um espectro político muito além do petismo.

Como elemento da conjuntura, Virgínia não ignora, por exemplo, o fato de o juiz Sergio Moro se achar um “salvador”, mas ela avalia que o magistrado também não deixa dúvidas sobre sua simpatia e “eventualmente proximidade” com o PSDB, o principal partido de oposição ao PT que foi o primeiro foco da Lava Jato. “A estrutura de investigação dele era muito enviesada e não deixou de ser”, opina. Muito ilustrativo disso, na avaliação da historiadora, é o fato de o capítulo mais recente da operação, que atinge o presidente Michel Temer e o senador Aécio Neves, do PSDB, não ter sido conduzido pela chamada força-tarefa de Curitiba e sim pela Procuradoria Geral da República, em Brasília.

De fato, a condução da delação premiada dos irmãos Batista pela PGR não foi fruto apenas de um trâmite legal, pelo fato de o presidente ter foro privilegiado. Segundo a assessoria do procurador Rodrigo Janot, a J&F já tinha sido citada nas investigações da Lava Jato conduzidas pela força-tarefa de Curitiba. Mas, como eram muitos os fios levantados pela operação, naquele momento não se



Câmara esvaziada na leitura da denúncia contra o presidente

desdobrou uma investigação específica. Um envolvimento mais direto da empresa com esquemas de corrupção veio à tona recentemente, por meio de outras duas operações policiais: a Greenfield e a Carne Fraca. Foi aí que Joesley e Wesley decidiram propor um acordo de delação premiada e, para isso, procuraram diretamente o procurador-geral da República. Tudo que aconteceu a partir daí – por exemplo, a produção de provas materiais, como o áudio da conversa de Temer, a gravação do telefonema de Aécio e o vídeo do então deputado Rodrigo Rocha Loures com uma mala de dinheiro que os donos da J&F denunciaram como propina – foi acordado e conduzido apenas pela PGR, sem participação da força-tarefa mais conhecida da Lava Jato, associada a Sergio Moro.

Para o cientista político Luiz Felipe Miguel, da Universidade de Brasília, os desdobramentos atuais da Lava Jato expressam as divisões no interior da correlação de forças que instrumentalizou a operação para promover o impeachment da presidente Dilma. Na sua avaliação, quando Temer assumiu o Planalto, esses conflitos se tornaram visíveis tanto no “bloco de poder” quanto nos próprios “operadores do campo jurídico”, o que inclui o Judiciário e o Ministério Público. “Sergio Moro é claramente vinculado ao PSDB. Tanto que ele perde o protagonismo a partir do momento em que a investigação chega, de fato, ao PSDB e ao PMDB”, diz.

No exato momento em que esta matéria estava sendo concluída, novas mudanças pareciam não só deslocar o protagonismo da Lava Jato, mas também alterar os desdobramentos mais imediatos da crise política. No dia 30 de junho, enquanto trabalhadores faziam mais uma greve geral, o STF tomou duas decisões que podem mudar os rumos dos acontecimentos. Primeiro, o ministro Marco Aurélio Mello não apenas negou o pedido da PGR para prender Aécio Neves como determinou a volta do político mineiro às funções de senador. Horas depois, o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo, mandou soltar o ex-deputado Rodrigo Rocha Loures, ex-assessor de Michel Temer. Na ma-

drugada do mesmo dia, apenas algumas horas antes desta decisão, o blog do jornalista Ricardo Noblat no jornal O Globo informou que Temer havia sido avisado de que Loures tinha decidido fazer delação premiada. “Se de fato delatar, o episódio da mala será só um detalhe de um copioso relato que Loures poderá fazer. Sua estreita ligação com Temer é antiga. Loures prestou relevantes serviços ao amigo. E, agora, está se sentindo abandonado por ele e pelos que o cercam”, dizia o texto, ressaltando o fantasma que há muito assombrava o Planalto.

Vale registrar que, desde o início, não faltam críticas à Operação Lava Jato pelo que vários juristas identificam como uma estratégia de prender investigados para forçar um acordo de delação premiada. Em entrevista para reportagem da Poli em setembro de 2016, Afranio Silva Jardim, promotor aposentado e professor de direito penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, condenou essa prática e lembrou que, no famoso artigo sobre a operação Mãos Limpas, o juiz Sergio Moro defende que é preciso, de fato, “criar um desconforto” ao investigado. Nas situações em que isso foi denunciado, os responsáveis pela força-tarefa negaram essa motivação, defendendo o argumento de que as prisões são necessárias para impedir a fuga, o cometimento de novos crimes ou a destruição de provas, conforme o caso. Mas o fato é que, com muitos investigados presos preventivamente, a operação conseguiu estabelecer um acordo que incriminasse outros, gerando a bola de neve que a Lava Jato se tornou. Como o próprio texto de Noblat lembra, “a pressão da família e o isolamento numa cela da Polícia Federal” – situação exatamente igual a que Loures estava submetido – “também foram decisivos para que o ex-senador Delcídio Amaral delatasse”. A diferença é que uma possível delação do ex-deputado atingiria diretamente Michel Temer; no caso de Delcídio, a delação – que se concretizou – teve como alvos os ex-presidentes Lula e Dilma. Preso em novembro de 2015, o ex-senador também saiu da prisão por determinação do ministro do STF Teori Zavascki, morto em janeiro deste ano num acidente de avião. Ele foi solto exatamente na mesma data (19 de fevereiro de 2016) em que assinou a primeira parte da sua delação – que, no entanto, só foi homologada por Zavascki em 15 de março.

Sistema político

O abalo que cada novo passo da Lava Jato provoca na conjuntura do país – incluindo, agora, o destino da cadeira de quem ocupa o Planalto – dá a medida da falência do sistema político que está ruindo. E, na avaliação de Luiz Felipe Miguel, isso envolve também o Judiciário. “O que a gente tem visto são acertos entre os poderes ao arrepio da lei”, lamenta. E, de acordo com o cientista político, o abandono desses mecanismos que ele define como de “*accountability* horizontal” fragiliza as bases do sistema político brasileiro.

Ele volta até os chamados escritos federalistas, que fundamentaram a Constituição dos Estados Unidos, para explicar o arranjo que, também no Brasil, prevê mecanismos de freio e controle entre os poderes. “A ideia é que a ambição controle a ambição. Então, se o interesse individual de quem exerce um cargo de poder seria adquirir mais poder, a gente tem que pôr outras pessoas em outros cargos para controlar essa ambição”, explica. O problema, diz, é que essa é uma “leitura absolutamente individualista das ações políticas”. “Nós temos nessas posições indivíduos com suas ambições em conflito. Mas, na verdade, todos defendem os mesmos interesses básicos”, aponta, colocando o dedo na ferida: “Existe um caráter de classe nessas instituições que faz com que, na hora em que o jogo político parece se expandir para além dos acertos entre os grupos já dominantes, elas fazem refrear qualquer transformação”.

O resultado, segundo ele, é que num momento de crise como o atual enfraquecem-se os mecanismos de responsabilização dos agentes públicos e impera a aposta de que o crime vale a pena. E isso, na sua opinião, ajuda a explicar a resistência de Michel Temer mesmo diante de acusações e evidências tão graves. “Se a gente estivesse com o império da lei funcionado, seria de se esperar uma ação muito rápida para afastá-lo do cargo, o que provavelmente levaria o próprio implicado a se afastar para se preservar do que ele saberia ser uma investigação inevitável”, detalha, explicando que o país está vivendo exatamente o processo contrário: “Como a gente não tem segurança de que haverá punição para esses crimes e de que eles serão investigados efetivamente – porque o próprio Supremo já mostrou como age politicamente, mesmo nessas circunstâncias –, isso leva a que agentes do campo mais propriamente político – como o presidente da Câmara – que deveriam estar impulsionando a retirada do Temer, se sintam à vontade para fazer uma negociação simplesmente política, no mau sentido da palavra, e mais ou menos desprezar o elemento criminal da história”.

Diante desse cenário, que ele caracteriza como uma “crise de legitimidade de todo o sistema político”, os problemas não acabam necessariamente se o presidente sob denúncia cair. Não por acaso, nas ruas e nas páginas dos jornais já está em disputa o caminho para um eventual ‘dia seguinte’ ao governo Temer. Na letra da lei, hoje, ocorreriam eleições indiretas, em que o novo ocupante do Planalto seria escolhido pelos parlamentares. De acordo com Luiz Felipe Miguel, no entanto, mesmo essa legislação não é clara em muitos aspectos. “Não se sabe como a eleição ocorre, se Senado e Câmara têm pesos iguais, se precisa de filiação partidária, se é só parlamentar que pode ser escolhido...”, exemplifica. Mas o mais grave, na sua opinião, é que, ainda que fosse preenchido esse “vácuo de regulação”, essa solução não dá conta do tamanho do problema. “Evidentemente, nesse sistema, uma eleição indireta não tem condição de relegitimar o exercício de poder no país. O chamamento às urnas é a forma clássica de se buscar injetar legitimidade num sistema que está em crise profunda”, analisa, explicando que “as leis não são tábuas sagradas”.

Posicionamento diametralmente oposto tem Adelaide de Oliveira, do Vem pra Rua. “O Vem pra Rua é legalista”, diz, e completa: “Não adianta num momento de crise nós começarmos a mudar uma regra que já estava estabelecida”. No pacote da “legalidade”, ela lembra que, segundo a Constituição, um presidente precisa ser investigado antes de ser retirado do poder. “É isso que tem que acontecer”, afirma, argumentando que o movimento só aceitou pedir o impeachment de Dilma depois do parecer do Tribunal de Contas da União que apontava o crime de responsabilidade. De todo modo, caso Temer desocupe o Planalto – o Vem pra Rua chegou a defender sua renúncia –, eles não têm dúvida de que o caminho devem ser as eleições indiretas. “Além do que, é discutível

a legitimidade de quem pede isso. A esquerda está tão atolada nas denúncias quanto o atual governo”, diz.

Alertada de que, segundo as pesquisas, “quem pede isso” não é apenas a esquerda, mas sim a maioria esmagadora da população, a coordenadora nacional do Vem pra Rua relativiza os resultados. “Mas eu imagino que eleições diretas não são uma coisa só. Nesse ‘eleições diretas’ tem vários anseios, tem eleições diretas só para presidente, eleições diretas gerais, mudanças na Constituição para que as eleições não sejam separadas... Nesse saco tem gatos de várias raças, tem várias opiniões embaixo desse guarda-chuva das ‘eleições diretas’”, opina. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em junho, 83% dos brasileiros preferem que sejam realizadas eleições diretas se Temer cair. “A popularidade é uma coisa muito boa, mas nem sempre ela é possível”, justifica, respondendo sobre a distância do movimento em relação à maior parte da sociedade nesse quesito.

Mantendo o argumento da legalidade, Adelaide de Oliveira garante que, se houver uma mudança na Constituição que autorize eleições diretas nesse momento, o movimento passará a apoiar esse caminho. Ela, no entanto, mostra convicção de que, dada a maior complexidade da votação de uma Proposta de Emenda Constitucional, não há tempo hábil “para que se discuta, se esclareça e se tome uma decisão sem casuísmos”.

A resistência de um movimento que se autoproclama de direita em relação a essa alternativa concreta apenas reforça o papel estratégico que Valério Arcary acredita que a bandeira das ‘Diretas Já’ tem para as forças de esquerda neste momento. “As duas frações da burguesia em luta entre si são contra as Diretas. Nenhuma expressão burguesa importante é a favor”, analisa.

Na verdade, no debate público, pelo menos duas declarações poderiam relativizar essa análise. Diferenciando-se

do posicionamento das Organizações Globo – que apelam à Constituição para defender eleições indiretas –, o jornal Folha de S. Paulo reconheceu, em editorial, que “o ideal seria que o substituto fosse eleito pelo voto direto”. Da mesma forma, em nota enviada à imprensa no dia 14 de junho, Fernando Henrique Cardoso sugere a antecipação das eleições gerais de 2018, num processo que fosse conduzido pelo próprio presidente Temer. Há, no entanto, quem não acredite na firmeza dessas posições. “A Folha acena com diretas desde o impeachment de Dilma. Mas me parece um aceno cínico: sem fazer força. Em 1984, a Folha aderiu à campanha e produziu uma faixa amarela em suas edições. Hoje fala, em meias palavras, no editorial. A meu ver, pelo risco de perder leitores. O mesmo ocorre com FHC, que acena para eleições gerais – o que certamente assusta os parlamentares –, enquanto seu partido é o principal pilar de sustentação do governo Temer. Não acho que nenhuma das iniciativas seja para valer”, questiona Marcelo Semer, juiz de direito do Tribunal de Justiça de São Paulo, que afirma não ver como resolver o “dilema” atual “sem passar pelo povo”. “A Nova República começou quando o povo aceitou a derrota das Diretas Já e legitimou a ida ao Colégio Eleitoral. É hora de corrigir esse erro. Uma república que seja nova começa com o voto popular, não termina com ele”, defende. Para Virgínia Fontes, no que diz respeito à pauta organizativa das forças de esquerda, é preciso ir além: “Nossas palavras de ordem devem ser ‘Diretas Gerais Já’, ‘Fora Temer’, ‘Greve Geral’ e ‘anulação de todos os atos ilegítimos’. Porque não se trata agora de um governo forte conseguir empurrar goela abaixo a extração de direitos e sim o contrário”, propõe, embora, na sequência, ela reconheça que “a correlação de forças ainda não está à altura da gravidade da situação”.

Pressão quem?

E por que não está? De acordo com a última pesquisa Datafolha, realizada em junho, 83% dos brasileiros acreditam que Temer teve participação no esquema de corrupção denunciado pela Lava Jato. Seu nível de aprovação chegou a 7%, o pior de toda a série histórica do instituto. Em 2016, 60% queriam a renúncia da presidente Dilma e, caso isso não acontecesse, 65% defendiam que ela sofresse impeachment. Junto com as centenas de milhares de pessoas nas ruas, esses números eram usados para legitimar o aval dado pelo Congresso e pelo Supremo Tribunal Federal. Era o desejo da maioria, dizia-se – ainda que essa maioria se expressasse de forma diferente daquela que elegeu a presidente, meses antes. Hoje, 79% dos brasileiros querem a renúncia de Temer e 84% defendem um processo de impeachment caso ele se recuse a sair.

Até o fechamento desta edição, 25 pedidos de impeachment do presidente tinham sido apresentados. Diferente da pressa e disposição de Eduardo Cunha no passado recente, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que tem a prerrogativa de aceitar ou não os pedidos, se mantinha em silêncio. Em resposta a uma ação de deputados da oposição submetida ao STF, o ministro Alexandre de Moraes, que integrou o governo Temer, estabeleceu um prazo para que o presidente da Câmara explicasse as razões da inércia.

Mas a verdade é que há diferença também na temperatura das ruas. De um lado, no que tem sido ironicamente denunciado como o “silêncio das panelas”, quando a crise chegou ao presidente Temer e outros partidos da base aliada, os movimentos que organizaram o campo “antipetista” em 2016 simplesmente saíram das ruas. Passado mais de um mês da denúncia, nenhum dos movimentos que lideraram os gritos anticorrupção realizou qualquer manifestação contra o governo Temer. O Vem pra Rua chegou a convocar um ato para pedir a renúncia do presidente, no dia 21 de maio, mas recuou, sob o argumento de que, pela quantidade

de manifestações realizadas naquela mesma data em São Paulo, colocaria seus seguidores em risco. Mais de um mês depois, no entanto, nada ainda tinha sido feito. “Eu poderia hoje evocar uma saída ‘Fora Temer’ e colocar um monte de gente da esquerda na rua, pedindo atrás disso um monte de outras coisas”, admite Adelaide de Oliveira. Segundo ela, diferente do que aconteceu em 2016, hoje as pautas estão muito dispersas, o que justificaria “atos de rede” e não mais de rua. Ela explica que o Vem pra Rua “não é só ‘Fora Temer’”, quer que estejam fora “todos os corruptos”. “A gente não personifica porque a corrupção não está personificada nesse momento”, explica. E completa: “É ‘Fora Todos’, inclusive o Temer, o Jucá, o Renan, o Aécio. Nós precisamos fazer um movimento que seja muito mais estrutural do que personificado”. Seria um arrependimento por ter personificado a corrupção na presidente Dilma um ano atrás? “De maneira nenhuma”, responde. “A personificação aconteceu pela sociedade que, naquele momento, via no governo do PT o poder de alimentação de uma máquina podre. Por isso tirar o PT uniu tanta gente”, justifica, argumentando que, neste momento, o movimento poderia até convocar, mas não haveria “adesão do cidadão”.

No momento em que esta edição foi fechada, após a entrevista com a coordenadora nacional do movimento, o Vem pra Rua finalmente convocou uma ‘Marcha contra a Impunidade e pela Renovação’. Diante de uma conjuntura tão dinâmica, em que tudo pode mudar no dia seguinte, chama atenção o fato de o ato ter sido anunciado para o dia 27 de agosto, quase dois meses depois da convocação e mais de três meses depois da denúncia. Talvez a pauta explique o prazo prolongado: “exigimos a saída de Temer, a prisão de Lula, e o andamento célere das condenações e prisão dos diversos bandidos que tomaram de assalto o nosso país”, diz o texto.

Se levarmos em conta os resultados da pesquisa que Pablo Ortellado fez das demandas que se destacaram nas primeiras manifestações desse novo ciclo iniciado no Brasil em 2013, não faltariam motivos para que uma grande massa da população estivesse nas ruas de novo. Segundo ele, as Jornadas de Junho trouxeram dois “conteúdos reivindicativos” principais: a defesa dos direitos sociais e a crítica à corrupção. O problema, diz, é que no “pós-Junho”, houve a cisão dessa “agenda unitária da sociedade brasileira” em dois grupos polarizados: a esquerda continuou se atendo à primeira pauta e o campo que ele chama de antipetista se agarrou à segunda. Do lado dos movimentos que cresceram na esteira da defesa do impeachment, isso se expressa, na avaliação do professor, numa falta de identidade entre liderança e base em vários pontos que não dizem respeito à luta contra a corrupção. A diferença no posicionamento sobre as reformas é um exemplo atual. “A liderança desse campo é toda de direita e muito conservadora, mas as pessoas que habitam esse campo não são assim, são diversas, são a cara da população brasileira”, explica. E reforça: “O que unifica os dois campos hoje é que eles não apóiam o governo Temer”.

O fato é que, com as denúncias de corrupção atingindo partidos identificados com a direita e as reformas que atacam os direitos sociais caminhando no Congresso, o “campo antipetista” saiu das ruas e as manifestações de massa em defesa de direitos trabalhistas e previdenciários voltaram a crescer. Mas, pelo menos até agora, elas não foram suficientes para barrar as reformas nem para impor o fim do governo, que as pesquisas mostram ser o desejo da maioria esmagadora da população.

“Não foi uma avalanche”, reconhece Valério Arcary, referindo-se à massa de pessoas que foram às ruas contra Temer. E ele arrisca algumas suposições sobre o que estaria “bloqueando a entrada em cena de milhões de pessoas para dizer Fora Temer, fora reformas e chamar eleições diretas”. Uma hipótese é que as pessoas estejam presas no que ele chama de “ilusões da Lava Jato”, acreditando que não precisam sair às ruas para derrubar Temer porque a operação já estaria fazendo isso. E ele ressalta o risco dessa situação, já que, apesar do discurso de limpeza ética, a reforma política que a Lava Jato está fazendo “a quente” representará uma mudança de regime com “traços reacionários”. Outro empecilho à mobilização neste momento, diz, seria a dúvida sobre quem vai entrar no lugar do presidente deposto. Por fim, o professor destaca uma “certa desesperança geral em quem vai governar”. “Quando há uma turbulência provocada por um processo tão rápido, há muita poeira no ar, há simplesmente perplexidade. As pessoas ficam muito confusas. E quando estão confusas, elas não se movem porque têm medo de serem manipuladas”, analisa, defendendo que, por isso, parte da população se sente mais segura de sair às ruas por uma pauta como a reforma da previdência, “que elas têm certeza que precisam combater”. Para Luiz Felipe Miguel, é parte desse diagnóstico também o “sentimento de que estamos derrotados de antemão”. “Eu acho que o golpe, de alguma maneira, reforçou isso. A fúria avassaladora do programa da direita levou a um estado de choque e gera passividade. Parece que não adianta fazer nada porque eles vão sempre ganhar”, diz. Virgínia alerta ainda para o aumento da repressão e da violência como um fator que inibe a participação social.

De acordo com Valério Arcary, no entanto, nada disso autoriza uma avaliação pessimista. Afinal, diz, qualquer comparação com o estado de mobilização atual só pode ser feita em relação ao passado concreto e não a um futuro idealizado. E o passado recente, diz, foi mais de uma década de um processo de desmobilização social produzido pelos governos do PT. “Em comparação com o que nós temos em perspectiva histórica, eu diria que a resposta da classe trabalhadora brasileira foi surpreendentemente poderosa”, anima-se.

O fantasma da desmobilização e dos acordos ‘pelo alto’, no entanto, não desapareceu do horizonte. “O PT é amplo, tem vários setores com posições bem diferentes e muitos com posições muito lúcidas. Mas eu acho que o campo majoritário, que inclui o próprio ex-presidente Lula e a nova presidente do partido, [a senadora] Gleise Hoffmann, tem uma enorme dificuldade de transferir a luta política de volta para as ruas”, lamenta Luis Felipe Miguel. Segundo ele, a desmobilização das suas bases sociais e a opção por acordos institucionais foram parte do pacto feito pelo partido para garantir sua permanência no poder. “O PT está viciado nisso”, diz, incluindo nesse pacote também os “braços” do partido, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Outras forças, no entanto, têm apontado a saída oposta. Guilherme Boulos, do MTST, por exemplo, não tem dúvida: “É preciso construir novos caminhos à esquerda. O maior erro que a esquerda brasileira pode cometer neste momento é se apresentar como salvadora do sistema político. Este sistema ruiu. Quem se agarrar a ele, vai junto”.

No momento em que esta edição está sendo fechada, a última jogada dos trabalhadores organizados nesse tabuleiro de xadrez – o dia de Greve Geral realizado em 30 de junho – ainda estava para ser avaliada. Com repercussão na imprensa, houve piquetes, fechamento de estradas e manifestações em cidades de todos os estados brasileiros. Mas a ação unitária se dividiu, principalmente pela estratégia do governo de chamar algumas centrais, entre elas a Força Sindical, para negociar os termos da reforma trabalhista, esvaziando a luta contra a reforma como um todo. Sejam quais forem as razões, o fato é que as primeiras contas já apontavam uma adesão menor do que a que foi comemorada na Greve de 28 de abril. “Eu acho que ainda vem revolta popular. E vem maior”, apostava Virgínia em entrevista à Poli, antes do dia 30. A conferir. O

'TEMOS QUE NOS CONTRAPOR A ESSE DISCURSO MOSTRANDO OS EQUÍVOCOS DO ESCOLA SEM PARTIDO E DOS OUTROS MOVIMENTOS CONSERVADORES'

André Antunes

ARQUIVO PESSOAL



Em que sentido a criação do Movimento Educação Democrática é um desdobramento da articulação contra o projeto do Escola sem Partido?

O Movimento é uma tentativa de dar um caráter mais institucional ao que nós já fazemos há pelo menos dois anos. Em 2015 eu tomei conhecimento da existência do projeto Escola sem Partido na Câmara dos Deputados, que é o PL 867/2015. Naquele momento ninguém levava muito a sério esse projeto. Corri atrás e vi que ele não era o único, aquilo me assustou. Descobri que não era um caso específico, mas um movimento amplo de tentativa pelo controle e redução da dimensão educacional da escola. Comecei a conversar com colegas e, para minha surpresa, quase ninguém sabia da existência desses projetos – que inclusive estavam recebendo pareceres positivos da Comissão Permanente de Educação da Câmara, indicando que tinham chance de ser aprovados. Aí começou a surgir um embrião desse movimento, principalmente entre professores e alunos da UFF, que foi chamado Liberdade para Educar. Mas o que percebemos é que naquele momento Liberdade para Educar era algo que poucos iam buscar. A maioria das pessoas que estavam se inteirando da existência do projeto buscavam na internet por Escola sem Partido. Então fizemos uma opção estratégica: adotar um nome que fosse um contraponto, chamando a atenção dessas pessoas. E aí surgiu o movimento Professores contra o Escola sem Partido. Quando a gente assumiu esse nome conseguimos nos institucionalizar como contraponto. Só que durante esses dois primeiros anos o movimento foi muito reativo, até porque quando a gente começa esse movimento de crítica, o Escola sem Partido está em ascensão, já tendo conquistado um público muito grande. Avaliamos que, agora, precisamos institucionalizar nosso movimento de forma a facilitar o contato entre pessoas que querem fazer oposição não só ao Escola sem Partido,

FERNANDO PENNA

O professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Fernando Penna, tem sido, nos últimos anos, um dos principais porta-vozes do movimento Professores contra o Escola sem Partido. Criado com o objetivo de se contrapor ao movimento cujas ideias ganharam notoriedade em meio a uma crise de representatividade que tem entre seus principais alvos os partidos políticos, o Professores contra o Escola sem Partido tem sido presença certa em debates, seminários e audiências públicas para discutir e alertar sobre a ameaça representada pelas propostas do Escola sem Partido. Mas o contexto hoje é outro. O que antes eram ameaças de retrocessos ganharam concretude, principalmente após o impeachment da presidente Dilma Rousseff. A reforma do ensino médio, sancionada em fevereiro deste ano e originalmente apresentada pelo governo Michel Temer como uma medida provisória, talvez seja o maior exemplo disso. Foi pensando na necessidade de ampliação do escopo de atuação e da pauta do movimento originalmente criado para se contrapor ao Escola sem Partido que foi lançado, no final de junho, o Movimento Educação Democrática. Nesta entrevista, Fernando Penna fala sobre as principais ameaças ao que entende como educação democrática hoje no país, faz um balanço da atuação do movimento encabeçado por ele na luta contra o avanço das pautas conservadoras na educação e defende a necessidade de uma atuação mais propositiva dos grupos que defendem uma concepção democrática de educação.

mas a todos os outros projetos que ameaçam o que entendemos por educação democrática.

Como vai se dar essa ampliação de escopo?

Em dois sentidos: no escopo de atuação e no escopo dos projetos que enfrentamos. Com relação à atuação, a princípio a finalidade é criar essa rede de contatos no Brasil e articular resistência em diversos estados com mais agilidade. Agora as pessoas vão poder se associar formalmente ao movimento. Diferente de outras entidades como Anped [Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação], que são científicas, o Movimento Educação Democrática vai ser uma associação de mobilização. Vai envolver também a discussão acadêmica, mas o foco é articular a discussão teórica com a atuação política. A gente não pode produzir artigos sobre isso e ao mesmo tempo não mobilizar as pessoas para a luta. Os acadêmicos – e eu falo como professor universitário – quando se deparam com um problema desse tipo, têm a tendência de produzir artigos e eventos acadêmicos. Acredito que cada vez mais temos que investir na produção de um discurso que vá além das instituições de ensino. Esse é o desafio.

E com relação à pauta?

Começamos com a discussão específica do Escola sem Partido e, ao longo do tempo, percebemos outra frente – que talvez seja maior –, que é a tentativa de proibir a discussão de gênero nas escolas. O Escola sem Partido ganha espaço quando adere a essa pauta, mas os primeiros projetos de lei deles nem mencionam gênero. A discussão específica de gênero tem sido utilizada com fins políticos. Um uso político do medo. Você cria um verdadeiro pânico moral: diz que a discussão de gênero tem como objetivo destruir a família tradicional, ensinar sexo para as crianças, etc. Isso tem se configurado como uma estratégia eficaz para arregimen-

tar pessoas que não conhecem a discussão educacional, que não conhecem a realidade escolar. E que, por não conhecerem, ficam assustadas. Com isso, eles conseguem uma mobilização muito grande.

Outra coisa que nos incomodou no último ano foi a maneira pouco democrática como têm sido constituídas as políticas públicas educacionais. O melhor exemplo é a implementação da reforma do ensino médio através de uma medida provisória. Então, também queremos lutar por políticas públicas que envolvam professores e sociedade civil de uma maneira mais ampla. Com a criação do Movimento Educação Democrática queremos fazer uma virada e adotar posturas mais propositivas, ao invés de só nos posicionarmos ‘contra’. E avançar no esforço de definição do que seria essa educação democrática que defendemos.

Acredita que o movimento de professores e estudantes teve êxito em mobilizar a sociedade contra as propostas do Escola sem Partido?

Acredito que sim. O sucesso não é total, claro. Sempre que um projeto [de lei] é apresentado, tentamos nos posicionar nas audiências públicas, pressionar os legislativos. Por exemplo, no Rio de Janeiro eles já tentaram colocar o projeto para votação várias vezes, mas em todos os momentos mobilizamos professores e fomos à Câmara Municipal demonstrar nossa insatisfação. E nossa presença tem sido muito importante – não só no Rio, mas no Brasil inteiro – porque, para minha surpresa, muitos vereadores e deputados estaduais apoiam o projeto sem nem ao menos ter lido. Uma das vezes que fomos à Câmara do Rio, um vereador se virou para as galerias e disse: ‘Não se preocupem, eu vou votar contra o projeto, eu assinei sem ler’. Admitiu isso em público. Então nossa presença nesses espaços tem sido importante porque, caso contrário, a tendência é que esses projetos sejam aprovados até por unanimidade.

O segundo ponto é que o Escola sem Partido, que surgiu em 2004, conseguiu canalizar ideias que já existiam, algumas vindas da época da ditadura: do professor como ‘comunista’, por exemplo. O Miguel Nagib [criador do movimento] chegou a comparar professores com estupradores em uma audiência pública. Chama professor de ‘sequestrador intelectual’, de ‘traficante de ideologias’. Esse discurso tem sido compartilhado por uma parcela significativa da sociedade. Então nossa tarefa também é produzir um contradiscurso problematizando o que é dito pelo Escola sem Partido. E eu acho que nesse sentido a gente tem tido sucesso também.

Quais os projetos de lei que tramitam no Congresso relacionados às pautas do Escola sem Partido que ainda são foco de preocupação?

A maioria está concentrada na Câmara dos Deputados. O projeto mais antigo é o 7.180/2014. A ele foram anexados [anexados] outros projetos que tramitam em conjunto. Eles criaram uma comissão especial para discuti-los na Câmara, e a imensa maioria de deputados é favorável. A pouca oposição que eles têm dentro da comissão aponta que já existe um parecer pronto, estão fazendo esse processo todo para legitimar a decisão. Os projetos partem de uma base comum, que é uma tentativa de se apropriar de um elemento específico da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, que em seu 12º artigo fala sobre a liberdade de crença e consciência e tem um inciso que diz o seguinte: os pais e, quando for o caso, os tutores têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas convicções. O Escola sem Partido tenta interpretar esse artigo de maneira que afirme que a escola não deve educar; que quem educa é a família, quem educa é a religião. E a escola deve apenas instruir.

Um projeto que não foi pensado é o 1.411/15, de autoria do deputado Rogério Marinho, que alterava o Código Penal para criar um novo crime: o assédio ide-

ológico. Eles não pensaram porque esse projeto era o único que tinha uma criminalização explícita do professor. Era um projeto muito mal escrito que poderia levar professores para a cadeia por até um ano e meio. O Escola sem Partido queria evitar a crítica de criminalização dos professores. Foi uma exclusão estratégica. Há ainda outros dois projetos que tentam proibir a discussão de gênero, sendo um deles bastante literal: quer proibir o uso do termo gênero. Nem em gênero discursivo vai poder mais se falar na escola. É uma loucura.

A reforma do ensino médio sancionada em fevereiro colocou novos problemas nesse cenário de retrocessos na educação?

A gente enfrenta duas naturezas de projeto. A que poderíamos classificar de ultraconservadora tem como foco essa questão dos valores morais. Além disso, temos iniciativas de caráter neoliberal patrocinadas por grupos que acreditam que a melhor maneira de lidar com a educação pública é usar um modelo de gestão característico da empresa privada. Esses dois grupos nem sempre convergem. Eu vejo a reforma do ensino médio dentro desse segundo grupo, que defende políticas mais neoliberais e quer abrir a escola pública aos interesses privados.

Dito isto, a reforma do ensino médio foi apresentada por uma medida provisória. Ela foi imposta como medida provisória e aprovada muito rapidamente, com brechas gravíssimas. Não estamos negando a necessidade de uma reforma, mas a grande pergunta é: era esta a reforma que queríamos ou precisávamos? Nunca saberemos porque não tivemos um debate amplo. Como movimento queremos participar dos processos de construção de políticas públicas e exigir que as mudanças na educação aconteçam de uma maneira democrática.

O governo brasileiro respondeu recentemente a questionamentos feitos pelo Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre o Escola sem Partido. A ONU alertou que a proposta poderia representar uma violação ao direito de expressão nas salas de aula e uma “censura significativa”. O governo Temer alegou que os debates sobre projetos de lei propostos pelo Escola sem Partido “ocorreram de acordo com as regras e o espírito de democracia e no ‘lugar’ institucional adequado, ou seja, o Congresso Nacional”. Qual é sua avaliação?

Alguns movimentos da sociedade civil, dentre eles a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e o Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos foram à Genebra denunciar o Escola sem Partido e a exclusão da temática de gênero na Base Nacional Curricular Comum. E a ONU então produziu um documento cobrando do governo brasileiro uma resposta, em que a principal acusação é que se trataria de uma “limitação indevida da liberdade de expressão



A GRANDE QUESTÃO É SE ESSA CRISE VAI GERAR UM ENGAJAMENTO POLÍTICO, UMA TENTATIVA DE RECONSTRUÇÃO E RESPEITO ÀS OPÇÕES DIVERGENTES, OU SE VAI AGRAVAR AINDA MAIS A CRISE DE REPRESENTATIVIDADE E ABRIR ESPAÇO PARA PROPOSTAS CONSERVADORAS AINDA MAIS RADICAIS”

dos professores”. O curioso é que é mais grave do que isso. Se você olhar, todos os projetos afirmam que o professor, no exercício da sua atividade profissional, não tem liberdade de expressão. É mais grave do que limitar a liberdade de expressão do professor dentro de sala de aula: é negá-la explicitamente. Então a ONU fez esse questionamento ao governo brasileiro, que respondeu de uma maneira muito indireta. Foi uma nota muito tímida do ponto de vista da divulgação, e também do ponto de vista do conteúdo. Eles não responderam às críticas e às perguntas que foram feitas. O governo brasileiro não respondeu ao questionamento principal que é dizer se ele é ou não uma limitação indevida da liberdade de expressão do professor, simplesmente se limitou a dizer que o projeto está tramitando dentro da normalidade – o que é verdade, do ponto de vista burocrático. Tem um terceiro ponto que eu acho importante destacar: em uma audiência que aconteceu recentemente em Niterói, o advogado Miguel Nagib falou explicitamente o seguinte: ‘Vocês estão se fiando muito na inconstitucionalidade do projeto. Essas ações diretas de inconstitucionalidade [Adins] às vezes levam décadas para serem julgadas’. Enquanto isso a proposta deles é aprovar o projeto no Brasil inteiro. E nesse ponto ele tem razão. Se um projeto desse tipo é apresentado e a comissão específica da casa legislativa não reconhece nele um projeto inconstitucional, ele pode ser aprovado e transformado em lei.

Como avalia a atuação do Judiciário no contexto da luta contra as pautas conservadoras na educação?

O Judiciário, como todas as outras instituições, é muito heterogêneo. Então depende de com quem você está lidando. Mas a atuação do Judiciário tem sido importante. A PGR [Procuradoria Geral da República] se posicionou contra o Escola sem Partido, reconhecendo a sua inconstitucionalidade em ações diretas [Adins] com relação à lei de Alagoas, e recentemente fez um movimento questionando várias leis municipais Brasil afora que proibiam a discussão de gênero. E

agora o [ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto] Barroso suspendeu uma lei específica do Paraná. Eu acho que esse é um movimento importante para colocar a inconstitucionalidade desses projetos, não só do Escola sem Partido, mas de todos que querem efetivamente proibir a discussão de uma temática que, mais do que legítima, é necessária. A discussão de gênero visa combater desigualdades de gênero como homofobia, machismo, transfobia, etc. que causam muito sofrimento aos estudantes que sofrem preconceitos.

Agora, ao mesmo tempo que essa disputa é legal, é também pela opinião pública. O grande problema é que o discurso do Escola sem Partido tem sido compartilhado por uma parcela significativa da sociedade brasileira, fazendo uso do desconhecimento das pessoas sobre o que é a discussão de gênero e como funciona uma escola. Quem conhece a discussão educacional sabe que isso é absurdo. Enquanto estamos tendo avanços no Judiciário com relação à inconstitucionalidade dos projetos, o debate na opinião pública ainda tem repercutido muito os argumentos do movimento Escola sem Partido e similares. Eu acho que o debate no espaço público também tem que ser o nosso foco. Temos que nos contrapor a esse discurso com uma argumentação fundamentada mostrando os equívocos do Escola sem Partido e dos outros movimentos conservadores.

O MEC chegou a retirar da última versão da Base Nacional Curricular Comum, referências à identidade de gênero e orientação sexual do rol de preconceitos que deveriam ser combatidos dentro do ambiente escolar. Como avalia o caso?

É um absurdo. O Brasil é signatário de vários documentos internacionais em que se compromete a combater a desigualdade de gênero. E a legislação brasileira, como por exemplo os Parâmetros Curriculares Nacionais, tem como um dos temas transversais a sexualidade e a orientação sexual. Então é um desrespeito à nossa legislação, a compromissos firmados internacionalmente. Educacionalmente também é absurdo. Essa tentativa de proibir a discussão de gênero na sala de aula é muito cruel. Essa é uma forma de desigualdade, de preconceito, que tem vítimas concretas, causa dor real e leva à morte de pessoas. Então defender explicitamente que temas como esse não podem ser discutidos é uma ameaça a uma sociedade democrática que tem que combater todas as formas de desigualdade. O MEC tem cedido a bancadas parlamentares – e aí não é só da bancada evangélica, é da bancada cristã de maneira geral – que têm feito uma pressão muito grande pela exclusão da temática de gênero.

A primeira audiência pública para discussão da versão mais recente da BNCC está marcada para o dia 7 de julho. Tendo como base o que você entende como educação democrática, você identifica problemas hoje no texto da BNCC?

O que nós tivemos recentemente foi a divulgação de uma BNCC que, primeiro, não apresentou o documento do ensino médio, que está sendo reformulado para se adaptar à reforma do ensino médio, o que já coloca em questão todos os elementos democráticos do processo anterior. Quem garante que essa equipe que vai fazer esse trabalho vai levar em consideração todos os debates anteriores? E no documento que nós conhecemos, que é do infantil e do fundamental, uma temática essencial que é a discussão de gênero foi removida, o que é muito grave.

O documento é muito problemático. É prescritivo e abre espaço para a implementação na educação de uma cultura da mensuração. Inclusive a reforma do ensino médio fala nisso, que os padrões de desempenho vão ter como base a BNCC. Mas a reforma do ensino médio fala não só sobre a BNCC, que atinge toda a educação básica, mas também sobre a formação de professores, e dentro disso ele coloca a BNCC como documento obrigatório, que vai pautar todas os cursos de licenciatura no Brasil. Então é importante contextualizá-la em uma configuração de políticas públicas mais amplas, e dentro dessa configuração o documento é muito preocupante. A gente possui uma reforma consolidada em lei que tem como base um documento que nós, literalmente, não conhecemos. Tudo isso depõe contra o caráter democrático desse processo – que de democrático não tem nada.

Como vê a relação entre a ascensão dessa pauta da ultradireita na educação nos últimos anos com a crise política que atravessamos no Brasil? E como fica essa relação diante do cenário atual, de aprofundamento da crise, que já coloca em risco a permanência do presidente Michel Temer?

A crise pode ir por diversos caminhos. Pode haver a queda do governo Temer e um processo de eleições diretas que mobilize as pessoas, com candidaturas e programas diferentes. É um caminho possível. Mas outro caminho possível frente a crise é a permanência do governo Temer, com essas denúncias cada vez mais comuns de corrupção em quase todos os partidos, esse processo de descrença na participação política. Porque quando você vê toda a classe política como corrupta, abre espaço para políticos de extrema direita que se apresentam como não políticos. E aí temos exemplos como o [Donald] Trump, que se colocou ao longo de toda a eleição à presidência dos Estados Unidos como um não político, o [João] Dória [prefeito de São Paulo], o [Jair] Bolsonaro [deputado federal]. Esse contexto fragiliza todo o processo democrático. Então a grande questão é se essa crise vai gerar um engajamento político, uma tentativa de reconstrução e respeito às opções divergentes, ou se vai agravar ainda mais a crise de representatividade e abrir espaço para propostas conservadoras ainda mais radicais. O

CERCO À CRACOLÂNDIA

Em um cenário de antagonismos e disputas, gestores atropelam as discussões da saúde e esvaziam o conteúdo da política de atenção aos usuários de drogas

Maíra Mathias

Muro derrubado na Cracolândia pela prefeitura no dia 23 deixou três feridos

ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL

Não foi um domingo qualquer. No último 21 de maio, a Cracolândia paulistana amanheceu cercada. O fim da mais conhecida cena de uso de drogas do país foi mais uma vez decretado. Em 2008, após uma operação policial, o ex-prefeito Gilberto Kassab garantiu: “Não existe mais a Cracolândia”. Em 2012, o mesmo Kassab, em uma dobradinha com o governador Geraldo Alckmin, deflagraria a Operação Centro Legal, que ficou conhecida como ‘Sufoco’, e levaria a então secretária estadual de Justiça, Eloisa Arruda, a repetir que “aquela Cracolândia, que chegava a reunir 800 pessoas, não existe mais”. Em 2017, o prefeito recém-eleito João Doria seguiu o mesmo *script*: ocupação policial, dispersão dos usuários e repressão ao tráfico. A megaoperação orquestrada pelas gestões estadual e municipal mobilizou 900 policiais, helicóptero, bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha para expulsar usuários de drogas da região. Comércio foram lacrados, moradores foram obrigados a desocupar seus imóveis. Uma retroescavadeira derrubou parte de um prédio, ferindo três pessoas. E, mais uma vez, uma autoridade foi taxativa: “Não vai ter mais Cracolândia”, disse o secretário municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Filipe Sabará.

Desta vez, contudo, também foi decretado outro fim: o do programa ‘De Braços Abertos’. Criado em 2013 pela gestão Fernando Haddad, a iniciativa oferecia acomodações em quartos de hotéis, três refeições ao dia em um restaurante público local e pagamento proporcional a algumas horas semanais de trabalho em serviços de zeladoria municipal aos beneficiários, grande parte, usuários de drogas. O programa não exigia abstinência do consumo de substância psicoativas. Apontado por especialistas como uma iniciativa pioneira no país, por tentar prover uma melhora mínima no bem-estar dessa população, o ‘De Braços Abertos’ se chocava com a lógica da ‘Guerra às Drogas’ – que prega que, com repressão, é possível acabar tanto com o tráfico quanto com o uso dessas substâncias.

“A falta da droga e a dificuldade de fixação vão fazer com que as pessoas busquem o tratamento. Como é que você consegue levar o usuário a se tratar? Não é pela razão, é pelo sofrimento. Quem busca ajuda não suporta mais aquela situação. Dor e o sofrimento fazem a pessoa pedir ajuda”, sentenciou Luiz Alberto de Oliveira, psiquiatra que há seis anos está à frente da política de drogas na secretaria estadual de Justiça de São Paulo. A declaração, feita em 2012, exemplifica a lógica que orienta o programa de Alckmin, batizado de ‘Recomeço’, e, agora, o programa de Doria, que recebeu o sugestivo nome de ‘Redenção’. “A ‘Operação Sufoco’ usou a repressão policial como instrumento de dispersão dos usuários da região e, na verdade, gerou minicracolândias pela cidade. Foi um fracasso – que se repete agora”, afirma Gabriel Medina, da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP), referindo-se ao deslocamento dos usuários, primeiro para a praça Princesa Isabel,

a poucos metros da Cracolândia e, depois de nova ação de expulsão, de volta à antiga cena de uso. “O ‘Redenção’ é o sufoco permanente. Não deixam os usuários permanecerem num mesmo local. Para tirá-los da praça Princesa Isabel, ficavam jogando água na terra para tornar insuportável a permanência ali, já que está fazendo muito frio. Até que tiraram as barracas; tudo. É a produção de uma situação de desespero”, sintetiza.

Sob o argumento de que vai se combater as drogas, essas ações redundam no combate aos usuários de drogas. Mas isso não parece ser problema para uma parcela significativa da sociedade. Tanto antes quanto agora, os moradores de São Paulo declararam apoiar operações policiais na Cracolândia. Em 2012, em levantamento feito pelo Estadão, 84% concordavam com a ação policial; hoje, 59% são favoráveis, segundo pesquisa do Instituto Datafolha. O apoio à internação à força cresceu: 80% defendem que usuários de crack sejam internados contra sua vontade. Em 2012, a população estava mais dividida: 49,8% eram a favor e 49,4%, contra. “Eu tenho evitado fazer comentários sobre a Cracolândia, mas sobre a pesquisa eu comento sim. Não governamos para aqueles que são do grito, governamos para a maioria silenciosa”, sublinhou Doria durante uma agenda pública no início de junho.

“Como, diante de uma questão social e sanitária, uma resposta bélica encontra apoio popular? Você tem pessoas miseráveis, fazendo uso severo de crack, detonadas na sua saúde, enfim, seres humanos que deveriam despertar total solidariedade; mas não: vem uma operação com balas de borracha e bombas de gás e a população aplaude. Este sentimento me parece produzido – e acho que isso passou pela mídia e pelas campanhas de prevenção”, analisa Denis Petuco, professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). De acor-

do com ele, a imprensa e o discurso preventivo enveredaram para a construção da imagem do usuário de crack como um zumbi. “As campanhas e os noticiários usam os mesmos recursos visuais dos filmes de terror. Nessa narrativa do pânico, o usuário é alguém perigoso para si, para seus familiares, para a sociedade. E como lidamos com uma pessoa perigosa? Desse modo mesmo: com tiro, porrada, bomba e aprisionamento, seja na forma de cadeia, seja na forma de internações compulsórias em manicômios ou comunidades terapêuticas. Em suma, a gente reprime e tira de circulação”, critica.

Uma “massa amorfa” cujo “único objetivo é a droga”. Seres humanos que “não conseguem mais se conduzir pela própria vontade” e foram “abduzidos” pelo “fluxo”. As frases não fazem parte da sinopse de uma obra de ficção, mas da descrição feita pela Procuradoria Geral do Município de São Paulo na ação em que pediu à Justiça em caráter de urgência autorização para buscar e apreender “pessoas em estado de drogadição que estão vagando pelas ruas da cidade”. Anexando como provas filmagens de programas de televisão sensacionalistas como o ‘Brasil Urgente’, comandado por José Luiz Datena, a prefeitura argumentou que os usuários vinham sendo “cooptados” por novos “fluxos” de consumo e venda de drogas nas ruas laterais da Cracolândia. Para “tentar dar chance aos dependentes químicos”, a Prefeitura solicitava a prerrogativa de interná-los contra sua vontade.

O pedido, feito três dias depois da megaoperação policial, foi tão ou mais polêmico que ela. “A impressão que eu tenho é que eles tentaram fazer um teste jurídico usando São Paulo como balão de ensaio para uma legislação de internação compulsória de abrangência nacional”, diz Francisco Inácio Bastos, do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/Fiocruz). Segundo o pesquisador, que coordenou o maior estudo sobre crack já feito no mundo e mostra o perfil do usuário no Brasil, os interesses por trás disso são muitos e vão desde a especulação imobiliária na região até o marketing político que mira a polarização da sociedade. “Isso está indo ao encontro de uma fração da população que parece expressiva. As pessoas acham que programas como o ‘De Braços Abertos’ são de esquerda. Não é verdade. É um modelo que existe nos Estados Unidos, na Noruega, na Austrália, no Canadá, em suma, em vários países que atravessaram vários governos, alguns à esquerda, outros à direita, e não acabaram com os programas”.

Gabriel informa que, em pouco tempo, a ação repercutiu em outras cidades. “Em Santo André [SP], fizeram megabatidas policiais em pontos de concentração, expulsando usuários. No Conselho tivemos um informe de que está acontecendo também no Piauí. E vai reverberar. Quando São Paulo adota esse tipo de postura e ganha visibilidade, a tendência é que outros municípios façam adesão ao modelo – que não funciona, é importante dizer. Estamos tentando fazer esse debate com a sociedade, mas o apelo da higiene social é forte. A ideia de que você consegue resolver um problema complexo num piscar de olhos é muito tentadora”, lamenta. “O que o Doria está defendendo em São Paulo não é internação compulsória. É recolhimento compulsório. A internação compulsória, por mais que sejamos contra, tem os seus procedimentos e, sobretudo, é individualizada, dirigida a pessoas específicas”, complementa Denis.

Ana Cecília Marques, coordenadora da Comissão de Dependência Química da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), se une ao coro que critica a internação em massa, que considera “extremamente desajustada”. “Cada paciente tem que ter um diagnóstico. Para indicar uma internação involuntária, eu preciso do médico e da família. Para internar compulsoriamente, eu preciso do juiz e do médico”, explica. Mas o consenso no campo da saúde para por aí.

Curto-circuito

O choque de concepções entre entidades médicas e o movimento que ficou conhecido como Reforma Psiquiátrica diz respeito a quase tudo mas, principalmente, à forma como ambos veem a pessoa que abusa de substâncias psicoativas. Ana Cecília continua: “Nem todos são dependentes de droga, nem todos moram lá há anos; tem uns que acabaram de chegar. Tem criança, que tem que ser tirada de qualquer forma. Tem grávida expondo o feto à droga – e aí tem que ter intervenção compulsória sim, porque vão gerar indivíduos com doença, seres humanos que nascem deficitários. Boa parte dos indivíduos ali já está no fim da linha. De tão adoecidos, perderam todos os vínculos, não têm a quem recorrer. Aí o Estado tem que assumir mesmo esse paciente. Mas, do meu ponto de vista, teria que ter um mapeamento bem feito para preparar a retaguarda. Não adianta sair soltando bomba na Cracolândia sem ter o que fazer com as pessoas porque ali tem seres humanos altamente deteriorados”.

A psiquiatra, que é ex-presidente da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas (Abead), defende o fim da Cracolândia. “Ô se tem que acabar. Para mim, ali é situação de guerra, destruição total. As pessoas não têm vínculo, não aderem a tratamento. Você pode oferecer o que quiser, elas não querem sair da condição em que estão. A área do cérebro responsável pela motivação – querer uma vida normal, querer comer, tomar um banho – está zerada pela droga. E não é uma droga, são várias”. Ana Cecília é crítica ao programa ‘De Braços Abertos’ que, na sua avaliação, começou pelo fim. “Como vou tratar um dependente dando trabalho se ele escolhe a droga que quer porque vende a céu aberto?”, questiona.

Como linha de ação pública, a referência da médica é a Política Nacional sobre Drogas (PNAD), de 2004, que segundo ela, nunca saiu da gaveta. “Tem que implementar a política inteira, a diretriz para tratamento é um braço da política. O outro braço é a prevenção e o terceiro é o controle da oferta de drogas – que é repressão, controle de propaganda, de preço, enfim, cada droga tem um tipo de medida”, cita ela, que participou da construção do texto. A PNAD lançou as bases para a lei 11.343 de 2006, conhecida como Lei de Drogas e apontada como responsável pela explosão da população carcerária no Brasil. De acordo com dados do Ministério da Justiça, entre 2006 e 2014, o tráfico de substâncias ilícitas foi responsável por um salto de 31 mil para 174 mil presos. Atualmente, 28% dos encarcerados respondem por crimes relacionados a drogas. Antes da lei, esse percentual era de 15%.

“O pensamento conservador brasileiro tem três olhares a respeito do uso de drogas: ou é doença, ou é delito, ou é pecado”, resume Domiciano Siqueira, presidente da Associação Brasileira de Redução de Danos (Aborda). “Então a saúde, a justiça e as igrejas lançam os três olhares que ainda orientam a questão das drogas no Brasil. São olhares que, inclusive, se misturam dependendo da situação. E, frequentemente, patrocinam ações como essa que aconteceu em São Paulo”, diz ele, acrescentando: “A redução de danos é um quarto olhar que lida com o consumo de drogas como um direito. É aí que começam os nossos problemas. As pessoas vão perguntar: ‘mas vocês acham que é um direito da pessoa usar drogas?’ A resposta, naturalmente, é sim”.

A redução de danos nasce no Brasil em 1988, na cidade de Santos, que detinha o maior índice de portadores do HIV. A ideia era impedir a transmissão do vírus a partir de ações simples, como a entrega de seringas descartáveis para usuários de drogas injetáveis, populares na época. “Começaram a surgir vários grupos que assimilaram a redução de danos porque vislumbraram que é possível e necessário

que uma sociedade aprenda a conviver com as drogas. Em primeiro lugar, porque estamos inseridos no capitalismo, sistema no qual tudo o que dá dinheiro vai para frente. E droga dá dinheiro”, constata Domiciano. Depois de 15 anos da atuação desses programas, a transmissão da AIDS no país caiu de 65% para 5%. Foi quando aconteceu a conhecida migração do uso injetável de drogas para o crack. “A redução de danos, então, ampliou seu leque de ofertas. Não tinha mais sentido distribuir nem trocar seringas. Mas tinha que fazer alguma coisa. Foi quando a redução de danos, que no Brasil nasce dentro dos programas de AIDS, migra para as coordenações de saúde mental. Nessa segunda fase, enfrentamos vários problemas. Antes, o HIV serviu de anteparo, por ser uma doença grave, que mata. Os técnicos e a política brasileira não comportavam essa ideia de que, não tendo uma doença como a AIDS, se pudesse conviver com o consumo de drogas de uma forma mais democrática e respeitosa”, diz.

Domiciano conta que na redução de danos o foco não é a droga. “É o sujeito que usa drogas. E isso muda tudo”. Segundo ele, embora o paradigma do tratamento como sinônimo de abstinência ainda seja hegemônico, o modo de pensar da redução de danos se tornou cada vez mais abrangente. “A redução de danos é uma diretriz do Ministério da Saúde. O usuário de drogas não pode ser tratado a partir da exigência da abstinência. Isso não quer dizer que sejamos contra a abstinência. Mas em 30 anos nós vimos pessoas que faziam uso abusivo de drogas passarem a fazer uso controlado e tocarem suas vidas”.

“A gente não trabalha com uso de drogas como direito humano”, contrapõe Ana Cecília, para quem a redução de danos tem um peso menor: “A redução de danos não é uma política, não é uma diretriz, ela é uma estratégia de tratamento. Só. Lógico que cabe uma

estratégia de redução de danos dentro de um ambulatório, inclusive, está escrito na nossa Lei de Drogas”. A ABP, junto com o Conselho Federal Medicina (CFM), escreveu em fins de abril um ofício dirigido aos ministros da Saúde, Ricardo Barros, e do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, que causou forte reação do movimento da Reforma Psiquiátrica e até do Ministério Público Federal. O texto defende a revisão da Política Nacional de Saúde Mental na direção de documentos elaborados por entidades médicas. Essas diretrizes sustentam que, por mais que seja “caro, longo e trabalhoso”, o tratamento visando à abstinência “ainda é o melhor que a medicina pode oferecer”. “Em todas as diretrizes no mundo, o melhor tratamento para o dependente de droga é a abstinência. Nós temos que chegar nela, se vamos chegar reduzindo o consumo, se vamos chegar substituindo por outra droga menos deletéria é isso que a gente vai fazer”, afirma a psiquiatra, que compara substâncias psicoativas a vetores como o *Aedes aegypti*. “O agente que desenvolve a doença da dependência é a droga. Que nem dengue: você tem um vetor, o mosquito, que leva o vírus que contamina a pessoa. Se não livrarmos o indivíduo do agente – da droga – ele continua dependente e cronicando”.

Mas isso está longe de ser ponto pacífico entre psiquiatras. Segundo Francisco Inácio, quando o assunto é o uso crônico e repetido de crack, não há uma estratégia consensual – seja medicamentosa ou terapêutica. “Isso não existe mesmo em relação ao uso de estimulantes em geral. Crack então, menos ainda. Então esse é o problema: você vai internar para fazer o quê? Manter o cara sedado? Se for para sedar você não está resolvendo, só está adiando o problema. O que você pode fazer em crack é aliviar os sintomas mais graves, situações emergenciais de depressão, ansiedade que, inclusive, impedem a interação do profissional de saúde com o usuário. Mas como as pessoas acham que nada adianta, nem isso elas fazem. Não existe nenhum remédio que tire a pessoa da fissura de usar crack. O que não quer dizer que você não possa ajudar as pessoas, até mesmo estabelecer

uma parceria com o serviço de saúde para que o frequentem com o mínimo de assiduidade. Se você pega um cara muito adoecido na cena e não ajuda do ponto de vista social, não alimenta, não medica, não cuida as feridas que ele tem, só bota essa pessoa em tratamento, em uma, no máximo duas semanas ele vai embora. As taxas de evasão são altíssimas”, garante.

O presidente da Aborda destaca que o papel ativo desempenhado pelos usuários de drogas é o ponto de partida sem o qual não se consegue caminhar para o tratamento. “Não se imaginava que usuários de drogas pudessem se organizar politicamente. E o grande lance da redução de danos é esse momento em que os usuários assumem o controle de suas próprias vidas. Isso, numa sociedade extremamente religiosa, conservadora, violenta, demorou muito para acontecer e está em risco depois do que houve em São Paulo. O ‘De Braços Abertos’ demonstrou que quando se trata as pessoas com dignidade, independentemente do uso que

ROVENA ROSA / AGÊNCIA BRASIL



Usuários de drogas saem da praça Princesa Isabel e voltam a ficar entre a avenida Cleveland e a rua Helvética na Cracolândia

elas façam de drogas, e fornece emprego, casa, comida, registro e respeito, elas melhoram muito”, argumenta. Uma pesquisa da Plataforma Brasileira de Política de Drogas mostrou que 65% dos beneficiários afirmaram ter reduzido o consumo de crack depois de ingressar no extinto programa e mais da metade disse ter reduzido o consumo de tabaco e cocaína aspirada. O estudo revelou que 95% avaliaram que o programa teve um impacto positivo ou muito positivo em suas vidas. A moradia (38%), seguida da possibilidade de ter trabalho e renda (37%) e da atuação das equipes (34%) foram destacados como os pontos altos do programa. Dentre os beneficiários, 76% estavam participando da frente de trabalho, em caráter voluntário.

Crack: divisor de águas

Mas para entender as idas e vindas das iniciativas patrocinadas por prefeituras e governos estaduais, é preciso fazer um retrospecto da política de saúde no campo de álcool e drogas. As fontes ouvidas pela Poli concordam que a questão foi deixada em segundo plano pelo movimento da Reforma Psiquiátrica durante muitos anos. “O foco da Reforma foi resgatar a cidadania de um conjunto enorme de pessoas psicóticas internadas em hospitais psiquiátricos, instituições que existiam no país desde o Império”, começa Francisco Inácio. “Depois que a demora é superada, acho que houve um esforço de tentar transplantar o discurso e os conceitos clássicos da Reforma para o tema álcool e drogas sem perceber que há especificidades. Houve, sim, uma certa dificuldade em produzir uma resposta ao senso comum”, diz Denis Petuco. Essa resposta seria cobrada com a exploração do crack.

O crack emerge em São Paulo no início dos anos 1990, mas ganha relevância nacional a partir dos anos 2000. De acordo com Francisco Inácio, dois fatores explicam o fenômeno: o período coincide com um inegável aumento do consumo de substâncias psicoativas – lícitas e ilícitas – e com o aparecimento de uma cena aberta de uso de drogas que, por aqui, ficou conhecida como cracolândia. “Isso não acontecia desde a década de 1970, com uma diferença: aquela cena era ligada à contracultura, com o consumo de maconha, psicodélicos, enquanto a atual é ligada ao crack e envolve populações pobres. Isso tudo contribuiu para uma combinação explosiva entre um problema que ganhou grande visibilidade e a ausência de tradição por parte do Estado em lidar com a questão”, diz o pesquisador, para quem os serviços existentes, como Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPs-AD) e os consultórios de rua, por exemplo, são insuficientes para lidar com a demanda, além de não estarem devidamente integrados em rede. “O Estado não se equipou para lidar com essa questão e, quando a coisa emergiu aos olhos da sociedade como um problema, o

sistema de saúde não conseguiu dar conta e acabou atacando por outras vertentes. A primeira delas é a da segurança pública. A segunda é a religiosa, e isso coincide com a expansão das igrejas evangélicas no Brasil e também com o aumento da força política desse grupo. Eu me refiro, claro, às comunidades terapêuticas”, diz ele.

No Brasil, o Ministério da Justiça concentra os órgãos responsáveis pela política de drogas: a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) e o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad). Em 2011, a Senad passou a financiar vagas em comunidades terapêuticas através do plano ‘Crack: É Possível Vencer’. Em 2015, o Conad aprovou uma resolução que regulamentou o financiamento federal para essas instituições. “Foi um embate muito forte do Ministério da Saúde com a Casa Civil, que coordenava o plano. De um lado, o Ministério, por toda a linha que nós tínhamos – antimanicomial, em defesa da Reforma Psiquiátrica – e, do outro, a Casa Civil administrando os conflitos políticos do Congresso, todo esse debate da governabilidade”, conta Gabriel Medina que na época do lançamento do programa estava à frente do Conselho Nacional de Juventude. “Essa disputa não se resume a um embate entre a esquerda e a direita. É uma disputa mais complexa. O lobby das comunidades terapêuticas e a força da comunidade evangélica no Congresso Nacional são muito pesados. Então, a verdade é que houve tensionamentos que vão além do debate científico, técnico-político. Houve pressão desse setor sobre o governo. Quando surge o ‘Crack, é possível vencer’, nós sofremos uma derrota muito importante”, diz.



SE VOCÊ CONSEGUIR VENDER A
IDEIA DE QUE VAI RESOLVER O
PROBLEMA DAS CRACOLÂNDIAS
ATRAVÉS DE VAGAS NO SETOR
PRIVADO SUBVENCIONADAS PELO
PODER PÚBLICO, VOCÊ ENCONTROU
O TIPO DE ARRANJO QUE O
CAPITALISMO BRASILEIRO GOSTA”

FRANCISCO INÁCIO BASTOS
Pesquisador do ICICT/Fiocruz

A caixa-preta das comunidades terapêuticas

Esse universo pouco conhecido começou a ser desvendado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Os primeiros achados foram publicados em março e traçam o perfil das comunidades terapêuticas brasileiras com ênfase no modelo de cuidado proposto e implementado nessas instituições. A caixa-preta, contudo, ainda está por ser aberta. Isso porque não se sabe uma informação básica: quantas comunidades terapêuticas existem no país. O único cadastro disponível foi feito em 2009 pelo Hospital das Clínicas de Porto Alegre e mapeou a existência de 1.963 comunidades que, juntas, ofertavam 83,6 mil vagas para tratamento. O Ipea destrinchou esse cadastro e ampliou as informações por meio de um questionário aplicado a 500 comunidades terapêuticas. O método, garante Maria Paula Gomes dos Santos, coordenadora da pesquisa, permite expandir os resultados para o conjunto dessas unidades: “Sejam elas 2 mil ou 5 mil”.

O novo estudo mostra que nada menos do que 82% das comunidades terapêuticas têm vínculo com igrejas e organizações religiosas. As unidades com orientação pentecostal representam 40% do total e oferecem 41% das vagas disponíveis. Em segundo lugar, estão as católicas (27% e 26%, respectivamente), seguidas pelas que declararam não ter orientação religiosa específica (18% e 19%). “Um achado surpreendente foi a convergência em torno de algumas coisas. Mesmo as comunidades terapêuticas que não têm vínculos com igrejas estimulam o cultivo da espiritualidade. O método é igual: espiritualidade, laborterapia”, diz ela. O estudo considera que há uma banalização do uso de medicamentos: 55% das comunidades pesquisadas admitiram a prática, proibida pela resolução do Conad.

Segundo o estudo, as comunidades terapêuticas estão em franco processo de organização para a defesa de seus interesses. Foi o que se viu depois de 4 de agosto do ano passado, quando a Justiça Federal suspendeu por liminar os efeitos da resolução do Conad, determinando a paralisação dos repasses federais a essas instituições. Nova reviravolta aconteceu em outubro, quando o Ministério da Saúde editou a portaria 1.482, que inclui as comunidades terapêuticas no CNES, o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Se a resolução do Conad as caracterizava como “entidades de acolhimento”, agora elas são consideradas “polos de prevenção de doenças e agravos e promoção da saúde”. O Ipea aponta que 41% das instituições recebem recursos municipais, 27,8% estaduais e 24% federal, enquanto 8% recebem financiamento dos três níveis de governo e 56% de pelo menos duas esferas governamentais. Além de financiamentos diretos, diversas comunidades são portadoras de certificações que garantem subvenções como o não pagamento de impostos. “Eu não sei se a briga por recursos é o principal. A comunidade terapêutica é um dos dispositivos da Guerra às Drogas. Eles têm um discurso que demoniza as drogas, querem livrar as pessoas, livrar o mundo das drogas. Então, a briga é muito mais no campo cultural, moral. É claro que há uma disputa em torno de recursos, mas a disputa maior é a disputa moral – que inclui a classe médica”, avalia Maria Paula.

Ainda assim, a pesquisadora considera que as comunidades terapêuticas são apenas a ponta do *iceberg*. “Ao começar a estudar a relação entre internação compulsória e comunidades terapêuticas no Distrito Federal, temos indícios para afirmar que a maior parte dessas internações são feitas em clínicas privadas. É muito mais perverso, um ganho econômico que se dá pela via da judicialização do cuidado. Do mesmo jeito que alguém pede um remédio caro, pede a internação compulsória do parente e a vaga é financiada com recursos públicos em clínicas privadas que cobram uma base de R\$ 2 mil por mês. Comecei a estudar o assunto achando que a comunidade terapêutica era o problema, mas a verdade é que nin-

guém fiscaliza essas clínicas. Quanto tempo as pessoas ficam internadas nelas?”, questiona. Ela conta que uma das pesquisadoras do estudo do Ipea visitou no Mato Grosso uma clínica que era do mesmo dono de uma comunidade terapêutica. “Ele tinha a comunidade para internação voluntária e a clínica para internação involuntária. A pesquisadora dormiu nessa clínica. O que acontece? Toda noite os quartos são trancados. E quem está internado na clínica? Jovens menores de 18 anos. É impressionante”, descreve.

Francisco Inácio vai além. Para o pesquisador da Fiocruz, a guinada que gestores públicos têm empreendido na política de saúde mental pode estar ligada a interesses privados. “Eu acho que tem um pacto com setores empresariais que andavam meio desativados. Os grandes proprietários de hospitais de saúde mental privados perderam muito com o enxugamento de leitos. Há todo interesse de que se faça uma expansão com outra clientela”. O médico usa como parâmetro manicômios como a Casa de Saúde Dr. Eiras, em Paracambi (RJ), que chegou a receber 2,5 mil internos e foi fechada em 2012: “Aquele clientela da Dr. Eiras não volta mais. Mas nada impede que você faça a mesma coisa com usuários de drogas. E o capitalismo brasileiro adora uma subvenção estatal. Se você conseguir vender a ideia de que vai resolver o problema das cracolândias através de vagas no setor privado subvencionadas pelo poder público, você encontrou o tipo de arranjo que o capitalismo brasileiro gosta. É uma situação de lucro sem a outra face da moeda, que é o risco. Estamos falando de uma demanda garantida, subsidiada parcial ou totalmente pelo poder público e sem nenhuma regulação. Eu acredito que essas clínicas ofereçam serviço de baixa qualidade e apostem em grandes volumes, que elas vão ter. E se juntar com a filantropia, não pagam nem imposto. Então você tem todos os bônus de uma nova onda de internações e nenhum ônus”. O

Impactos da violência sobre a educação

Dificuldades enfrentadas por estudantes e professores no Rio de Janeiro e em Altamira, município mais violento do país

Ana Paula Evangelista

Maria Eduarda Alves da Conceição, de 13 anos, aluna da Escola Municipal Daniel Piza, em Acari, na Zona Norte do Rio de Janeiro, morreu no dia 30 de março após ser baleada dentro da própria unidade de ensino. Duda, como era chamada pelos amigos, cursava o 7º ano do segundo segmento do Ensino Fundamental, e participava de uma aula de educação física na escola quando foi atingida durante um tiroteio entre bandidos e policiais. O fim trágico da adolescente repercutiu na mídia nacional e internacional e evidenciou o grave

problema da violência que atinge milhares de alunos país afora todos os dias. A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), instituição pública federal de ensino e pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), não fugiu à regra: localizada na região de Manguinhos, Zona Norte do Rio de Janeiro, ficou 15 dias sem aula no Ensino Médio Integrado aos cursos técnicos de saúde e outros 11 dias na Educação de Jovens e Adultos (EJA), contados a partir de 24 de março. Soma-se a isso mais alguns dias sem aula na pós-graduação e nos cursos voltados para trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS). Isso sem contar os muitos momentos em que as aulas foram interrompidas por conta dos tiros.

Essa é apenas uma pequena parte da rotina de medo, risco e adoecimento a que 12 mil moradores da região de Manguinhos está submetida regularmente. O público da Escola, que envolve também a população local, sofre duplamente os efeitos da intensificação da violência. Shirley da Silva, aluna do turno da noite da EJA da EPSJV e moradora da região há 20 anos, desabafa: “No mês passado, nós estávamos lanchando e começou a sair muito tiro e a gente teve que se deslocar para o pátio. Teve outra ocasião em que estávamos saindo da Escola e começou o tiroteio. Fiquei sem saber se eu deveria correr do tiro ou se parava, porque os carros estavam passando, e todos querem fugir desse confronto, pois a sensação é de que a bala vai atingir você”. Para Danielle Cerri, coordenadora e professora da EJA da EPSJV, esse tipo de violência prejudica a possibilidade de se pensar uma educação transformadora e propositiva. “Ficamos muito tempo sem ter aulas e,



Estudantes e trabalhadores protestam contra operações policiais no Rio de Janeiro em manifestação na Fiocruz

quando tinha, era necessário liberar mais cedo. Enfim, o impacto percebido não é somente sobre a educação formal, em sala de aula, mas sobre como essas pessoas e sujeitos conseguem lidar com suas vidas, o seu ir e vir, algo que é provocado pela violência”, sublinha.

Thamires Soares, aluna do 4º ano do Ensino Médio Integrado da EPSJV e moradora da Maré, região próxima a Manguinhos, revela que a interrupção das aulas foram muito prejudiciais, mas o problema não é vivido apenas na Escola. “As pessoas têm mais medo de quando a polícia entra do que quando os bandidos estão lá. Quando o bandido está atirando, em conflito, ele tem um alvo, mas quando a polícia entra, ela atira em qualquer um”, expressa. A aluna lembra, ainda, que ficou um bom

MAYCON GOMES



tempo sem ter aulas às sextas-feiras, por conta dos frequentes tiroteios: “Os professores tiveram que fazer outro planejamento de aula. Com isso, a gente acaba perdendo o conteúdo”. Para ela, a desmilitarização da polícia e a revisão da política contra as drogas poderiam reduzir – ou até mesmo extinguir – muitos problemas gerados pela violência armada.

O medo e as preocupações de Thamires encontram justificativa no caso de Evangelista Cordeiro da Silva, de 71 anos, morto na comunidade onde morava, localizada exatamente ao lado do campus da Fiocruz, após uma inesperada operação policial. Testemunhas e exames preliminares apontam que a bala saiu da arma da polícia.

Cenário de medo

No dia 17 de abril, não havia nenhum sinal de confronto, porém em uma das janelas de uma sala de trabalho da EPSJV havia o sinal mais evidente dessa violência: um buraco feito por uma bala perdida. Ninguém se feriu, mas nesse e em outros dias de tiroteios intensos, vários profissionais da Escola precisaram ser encaminhados

ao centro de saúde por causa da instabilidade emocional. A EPSJV e a Fiocruz como um todo precisaram se mobilizar na atualização do seu plano de contingência e na construção de outras estratégias para garantir a segurança de alunos e trabalhadores.

As ações ultrapassam também os muros da instituição, como explica Danielle Cerri: “Fazemos parte da Comissão Contra a Violência em Manguinhos. A partir dessa iniciativa, outras favelas que têm conflitos quiseram aproximar-se e formou-se a Comissão de Favelas Contra a Violência, que promove encontros com a Secretaria de Segurança do Estado, com uma mobilização mais efetiva”. O professor-pesquisador da EPSJV, Alexandre Pessoa, explica: “A Fiocruz tem uma responsabilidade fundamental, porque essas comunidades não estão simplesmente no entorno da Fiocruz. Na verdade, pertencemos a esse mesmo território”.

Todas essas articulações se desdobraram num Ato contra a Violência em Manguinhos, com a participação de trabalhadores, estudantes, moradores e movimentos sociais da região. “O ato não foi um fim em si mesmo, implicou compromisso assumido por todos. A articulação entre as escolas do território pode ser uma ação efetiva que precisamos pensar em fazer”, defende Pessoa.

Rotinas comuns

A menos de um quilômetro da EPSJV, a Escola Estadual Professor Clovis Monteiro, uma das mais antigas da região, recebe alunos do ensino médio vindos

majoritariamente das comunidades de Manguinhos, Jacarezinho e do conjunto de favelas do Alemão — regiões com os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Rio de Janeiro. O cotidiano dos 1.300 alunos não é diferente da realidade do entorno: salas superlotadas; merenda insuficiente; e falta de professores e segurança. O episódio mais recente nesse sentido foi evidenciado no dia 17 de junho, quando as aulas do curso de pré-vestibular foram interrompidas pelo intenso tiroteio ocorrido na comunidade. “Tinham uns 40 alunos, muitas mães, e todos tiveram que sair da sala de aula em busca de um lugar mais seguro. Sugerir ligar o ar condicionado para tentar camuflar o barulho dos disparos”, lembra a diretora Andreia Queiroz.

Com a extinção da função dos porteiros, a escola ficou sem vigilância para o movimento de entrada e saída de pessoas. A sugestão para o problema foi a automatização do portão, porém a localização geográfica não permite que a escola trabalhe de portas trancadas. “Muitos carros da polícia saem em alta velocidade e iniciam as operações sem nenhum aviso prévio. Como organizaríamos a entrada e a saída dos alunos em momentos críticos como esse se o nosso portão fosse automático?”, questiona a diretora. Localizada a poucos metros da Cidade da Polícia, a escola também sofre com a falta de isolamento acústico, fazendo com que o barulho ocasionado pelos treinamentos de tiro interrompa as aulas.

Os grupos de mensagens simultâneas são, para esta escola, também ferramentas importantes para evitar que alunos e trabalhadores fiquem expostos aos tiroteios. “As mães criaram um grupo no *WhatsApp* e me incluíram. Há, ainda, diversos grupos de alunos e professores da escola que moram na localidade. Se for um tiroteio que está acontecendo muito cedo, o professor que mora perto já avisa”, revela Andreia. Outro canal de comunicação que antecedeu os grupos de mensagens é a página Família Clovis Monteiro, no

A violência sexual nas universidades

A violência sexual é um problema central na educação e tem ganhado cada vez mais visibilidade a partir da atuação de coletivos feministas, principalmente nas universidades. Divulgada em dezembro de 2015, uma pesquisa realizada pelo Instituto Avon e o Data Popular revelou que quase 70% das universitárias afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência em espaços acadêmicos, incluindo a sexual. O levantamento ouviu 1.823 universitários das cinco regiões do país, sendo 60% de mulheres. Das entrevistadas, 67% já sofreram algum tipo de violência (sexual, psicológica, moral ou física) no ambiente universitário. Entre os homens, 38% dos estudantes admitiram já ter praticado pessoalmente algum tipo de violência contra mulheres em espaços acadêmicos.

Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em Seropédica, município da Baixada Fluminense, só em maio deste ano duas meninas foram atacadas ao pedirem carona no fim da aula. Alunas contam que uma das vítimas foi abordada em um carro por um homem armado e foi espancada. A prática de pedir caronas no local para retornar para casa, no Centro de Seropédica, tornou-se habitual por causa dos horários reduzidos de ônibus universitários que oferecem transporte gratuito para os estudantes. Quem deseja frequentar as aulas e não tem dinheiro para pagar a tarifa diária das vans que transitam entre o campus e o centro, se vê obrigado a optar entre duas alternativas: ir e voltar andando, numa ciclovía sem iluminação, ou pedir caronas a desconhecidos.

As duas jovens ficaram com medo de fazer a denúncia na delegacia. “Enquanto o processo está rolando, os violadores continuam na universidade, frequentam os mesmos espaços que as meninas, e elas sentem-se retraídas em trazer o problema a público por causa disso”, conta Vitória Barenco, aluna de Ciências Sociais da UFRRJ e integrante do grupo Me Avisava Quando Chegar. O movimento foi organizado pelas mulheres da universidade em 2016.

Na Universidade de São Paulo (USP), o cenário se repete. “A cultura do estupro na USP se expressa de maneira muito semelhante com o restante da sociedade. Temos a ilusão de que, por estarmos em uma universidade, estamos imunes ao machismo e à lógica de objetificação da mulher”, observa Mariana Ribeiro, do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e aluna de psicologia da universidade. Foi na USP que ocorreu um dos casos mais emblemáticos de violência sexual no país. Em 2012, já cursando medicina, Daniel Tarciso da Silva Cardoso foi acusado de estupro. Na denúncia apresentada pelo Ministério Público e aceita pela Justiça, a vítima conta que tomou um copo de bebida alcoólica. Daniel colocou uma droga no copo e, logo depois, ela perdeu quase totalmente os sentidos. A vítima afirmou, ainda, que Daniel disse que era policial militar e praticava judô, e que ele usou a “absoluta superioridade física” para imobilizar a estudante. Daniel foi policial militar de 2004 a 2008. Ele foi processado por homicídio depois de matar com oito tiros Danilo Bezerra da Silva em uma briga durante o carnaval, em 2004. A Justiça considerou legítima defesa e, por isso, ele recebeu uma pena de um ano de detenção, que acabou sendo anulada. Mesmo após uma série de denúncias e de acusações, Daniel conseguiu o registro de médico no Conselho Regional de Medicina de Pernambuco.

Na tentativa de não deixar impune os graves crimes, os movimentos feministas fazem as mesmas reivindicações: melhorias do campus universitário. “São medidas que vão desde uma melhor iluminação até a abertura da universidade, inclusive nos fins de semana. Porque não é a ocupação do espaço que gera estupro, é justamente o campus estar vazio e abandonado que deixa as mulheres em situação mais vulnerável”, defende Mariana. A aluna reclama por maior efetivo feminino na guarda universitária e melhor treinamento para conseguir acolher esses casos de violência, além da criação de um Centro de Referência Interdisciplinar dentro da universidade, que possa receber e acolher vítimas de violência sexual e encaminhá-las para atendimento ginecológico e psicológico.

A UFRRJ já caminha nesse sentido e está elaborando um novo Código Disciplinar Discente, que terá mais abertura para as denúncias de violência sexual, já que o código em vigência foi criado na época da ditadura empresarial-militar e sem nenhuma consulta à comunidade. De acordo com Vitória, este tipo de violência estará classificado como grave ou gravíssimo. “O aluno acusado de estupro e comprovadamente culpado poderá ter uma pena que compreende desde a prestação de serviços para a comunidade, podendo chegar ao afastamento”, revela.

Facebook. Lá os alunos relatam os conflitos e já alertam o corpo docente da escola. “Também usamos um megafone para alertar sobre situações de risco e realizar a evacuação para os locais mais seguros da escola”, pontua. Mas, apesar de todos os esforços, Andreia não tem esperança de grandes mudanças. “Infelizmente, estamos num estado falido. O processo educacional fica completamente prejudicado. A ausência do aluno ocasionada pelo conflito não consegue ser solucionada apenas com a reposição da matéria”, orienta. A diretora explica que o plano de aula da escola precisou sofrer ajustes para se adequar à realidade local. “Temos um pré-vestibular em sistema de aulões, que não preconizam o conteúdo clássico. Dessa forma, se o aluno perder a aula por conta dos conflitos, ele não terá uma perda significativa em seu processo de aprendizagem”, conta.

No Rio de Janeiro, são incontáveis as escolas que sofrem diariamente com os efeitos da violência. O professor Marcelo Melo, que se divide entre a EJA na EPSJV e a rede estadual de educação de Caxias, na Baixada Fluminense, conta que trabalha em uma escola com muita vulnerabilidade social, com a milícia de um lado e o tráfico do outro. “O fator mais agravante é o processo de naturalização dessa violência. É comum ver alunos circulando vídeos que mostram alguém serrando o pé de outro ou a cabeça que apareceu em algum lugar. É sobre assuntos assim que as crianças desde o Fundamental até o Ensino Médio falam com muita tranquilidade”, exemplifica, acrescentando que um aluno seu foi assassinado no ano passado e, quando ele foi fazer a chamada, um dos colegas veio com o celular para mostrar a foto do menino com a cabeça estourada. Morador e professor e da rede municipal de ensino em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, Daniel Vieira, que também é coordenador da EJA na EPSJV, concorda que a violência afeta o processo de aprendizagem e causa um impacto subjetivo. “A criança acaba reproduzindo e reconstruindo a violência nos espaços em que ela atua, na escola, na turma, na relação com os colegas e, inclusive, na forma como enxerga o mundo”, atenta. Daniel lembra que já foram, aproximadamente, 15 dias perdidos do ano letivo de 2017 por conta de conflitos na região. Para ele, não é possível quantificar o impacto na aprendizagem do estudante, mas observa a escola como um espaço de reflexão coletiva para mudanças. “Esse semestre discutimos com as minhas turmas a questão do racismo e o quanto essa violência tem um recorte de raça”, ressalta. Ele reconhece, porém, que, “com muros”, a escola acaba, infelizmente, virando algo que não faz parte do território.

Rio de violência

Para o pesquisador do Laboratório de Análise de Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Eduardo Ribeiro, a violência urbana, sobretudo a violência armada e a de grupos armados organizados, impacta as escolas de diferentes formas. Ele destaca que, além dos con-

frontos, as escolas podem ser forçadas a fechar as portas por “ordem” de traficantes, por exemplo. Assim, o tempo de aula em territórios conflagrados costuma ser menor, sobretudo nas áreas onde tais confrontos são mais recorrentes.

“Os tiroteios não afetam as escolas apenas diretamente”, afirma. Para o pesquisador, mesmo que as instituições não fechem suas portas, os alunos podem não aparecer por conta de confrontos em outras áreas, perto de sua residência ou no trajeto casa-escola. Além disso, há sempre a expectativa de ocorrência de novos confrontos. “São comuns os relatos de mães que não deixam os filhos irem à escola depois de uma noite conflituosa ou em situações de confronto iminente”, acrescenta. Ele conta que também são comuns os relatos de professores e diretores de escolas sobre o crescimento do abandono escolar, após uma escola permanecer fechada vários dias consecutivos por conta da violência.

Eduardo explica que estar em uma área conflagrada impacta bastante o cotidiano escolar e a organização do trabalho nessas instituições, bem como reduz consideravelmente a capacidade de atrair novos alunos e professores. “As paralisações e o risco no entorno marcam algumas das escolas com um estigma de ‘escola ruim’ em relação a outras escolas da rede”, exemplifica. Outro aspecto negativo é a rotatividade dos docentes que tende a ser maior, além dos pedidos de licença crescentes. “Há relatos de professores que afirmam que as crianças rendem menos porque chegam com sono por conta de tiroteios ouvidos durante toda a noite”, revela Eduardo. Segundo o pesquisador, a exposição à violência provoca estresse, traumas e problemas psicológicos ou comportamentais, nos professores e alunos, atrapalhando todo o processo de ensino-aprendizagem.

Brasil afora

Assim como no Rio de Janeiro, centenas de colégios no país enfrentam o mesmo desafio de conviver com o impacto da violência. Divulgada em maio deste ano, uma pesquisa exclusiva feita pelo Movimento Todos Pela Educação revelou que 85,2% dos jovens entre 15 e 19 anos consideram a segurança como o atributo mais relevante em uma escola de ensino médio e 29,6% dos estudantes classificam a segurança como insatisfatória nas unidades de ensino. Além de questionar as expectativas dos jovens sobre a escola, o estudo ‘Repensar o Ensino Médio’ analisou a opinião de 1.551 entrevistados sobre o ensino técnico, os professores e a participação social.

Pesquisadora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde da Fundação Osvaldo Cruz (Claves/Fiocruz), Maria Cecília Minayo afirma que a violência urbana impacta as escolas e a educação das mais diferentes formas. “Em primeiro lugar, sua reincidência cria um ambiente cultural de naturalização, medo ou descaso com a formação, tanto por parte dos professores quanto dos estudantes”, examina, apontando a escola como lugar de resis-

tência. “A escola tem um papel indelegável, por sua possibilidade de diálogo no lugar da arma, de negociação no lugar do confronto, de inclusão dos mais vulneráveis no lugar do isolamento e de ampliação das oportunidades e da solidariedade no lugar do estímulo à competição e à chamada seleção dos melhores”, conclui.

As estatísticas mostram-se cada vez mais distantes desse ideal. Segundo dados do **Atlas da Violência 2017**, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), no Brasil, foram registrados, em 2015, 59.080 homicídios. Isso significa 28,9 mortes a cada 100 mil habitantes. O estudo analisou os números e as taxas de homicídio no país entre 2005 e 2015 e detalhou os dados por regiões, unidades da Federação e municípios com mais de 100 mil habitantes. A cidade de Altamira, no Pará, lidera o ranking de violência, na região esse problema também tem afetado a rotina das escolas. No município, com 108 mil habitantes – que correspondem a 0,65 por quilômetro quadrado – a violência parece diretamente relacionada à recente construção da Usina de Belo Monte. Mônica Brito, professora e representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará, confirma os dados da pesquisa com tristes acontecimentos de jovens alunos assassinados em frente a escolas da região. A construção da usina, para ela, é um fator crucial para o aumento da violência e do tráfico de drogas. “Houve um remanejamento de alunos das áreas que seriam atingidas pela construção de Belo Monte, abarrotando outras escolas

Os números encontrados representam uma mudança de patamar nesse indicador em relação a 2005, quando ocorreram 48.136 homicídios. Os dados mostram ainda que apenas 2% dos municípios brasileiros (111) respondiam, em 2015, por metade dos casos de homicídio no país, e 10% dos municípios (557) concentraram 76,5% do total de mortes.

O Atlas da Violência 2017 analisou dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, referentes ao intervalo de 2005 a 2015, e utilizou, também, informações dos registros policiais publicadas no 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, do FBSP. Para listar os 30 municípios potencialmente mais violentos e menos violentos do Brasil em 2015, o estudo considerou as mortes por agressão (homicídio) e as mortes violentas por causa indeterminada (MVCI). Altamira, no Pará, lidera a relação dos municípios mais violentos, com uma taxa de homicídio somada a MVCI de 107. Nesse sentido, a pesquisa revela diferenças importantes entre o município mais violento e o que tem os mais baixos índices de homicídios no país, que é Jaraquá do Sul, em Santa Catarina.

que não estavam preparadas para recebê-los”, conta. Segundo a professora, no bairro de Jatobá, por exemplo, as turmas têm em média 30 alunos, cada. Com as disputas territoriais e de traficantes de drogas, muito alunos moradores dessas comunidades são recrutados e acabam se tornando vítimas dos atravessadores. Sem nenhum tipo de segurança, a escola fica exposta, e, quando há indício de guerras entre as gangues, as aulas são suspensas. Em 2016, foram assassinados 16 alunos, e 11 deles tinham envolvimento com o tráfico de drogas. “Alunos e professores vivem bastante angustiados e inquietos. É mais seguro suspender as aulas e evitar que as brigas dentro da escola acabem em morte”, lamenta.

A questão do transporte a Belo Monte é outro problema. Um projeto definiu que a empresa deveria oferecer de forma gratuita o transporte desses alunos, principalmente para os que estudam à noite. No entanto, os usuários sofrem com a constante ameaça de corte do serviço. Enquanto isso, o transporte público cobra R\$ 3,80 por passagem e as famílias de baixa renda não têm condições de pagar. “Altamira ficou com uma geopolítica de um bairro para outro muito distante, então isso dificulta o percurso, facilitando a marginalização e a criminalização dos alunos que moram nessas periferias que não têm espaço cultural, nem espaço de participação educativa”, realça Mônica. Apesar da total ausência do Estado, a professora, que também é militante do Movimento de Mulheres Negras na cidade, afirma que os movimentos sociais resistem e cobram incansavelmente por respostas e soluções.

Apesar dos esforços, o horizonte é obscuro. Atualmente, a cidade conta com apenas uma delegacia e uma viatura, o que inviabiliza um trabalho de acompanhamento, investigação e prevenção. A gestão atual fechou a Secretaria de Cultura, de Esporte, da Agricultura e a Secretaria Constitucional de Altamira, com a justificativa de redução de gastos. “Vivemos sem esperança. As gestões estadual e municipal parecem não ter interesse e comprometimento com a política social. Para eles, se morrer um jovem ou se matarem uma mulher, é apenas mais uma estatística e assunto de polícia”, desabafa.

A crítica de Mônica encontra bases na pesquisa de 2017, que revela que mais de 318 mil jovens foram assassinados no Brasil entre 2005 e 2015. Apenas em 2015, foram 31.264 homicídios de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, o que representou uma redução de 3,3% na taxa em relação a 2014. Os homens jovens continuam sendo as principais vítimas: mais de 92% dos homicídios acometem essa parcela da população. A cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. De acordo com informações do Atlas da Violência, os negros têm mais probabilidades (23,5%) de serem assassinados se comparados a outros grupos étnicos, já descontado o efeito da idade, da escolaridade, do sexo, do estado civil e do bairro de residência. “A inclusão pela educação é fundamental para que haja outros ‘possíveis sociais’ – termo usado por Sartre para falar da variedade de escolhas possíveis para um indivíduo dentro da realidade em que vive”, orienta. ○

ESCRavidÃO

José Pereira tinha 17 anos quando fugiu da fazenda Espírito Santo. Junto com ele, madrugada adentro, ia o colega ‘Paraná’. Em seu percalço, os capatazes abriram fogo e tiraram a vida de ‘Paraná’. O outro levou tiros no olho e na mão, se fingiu de morto. Sangue derramado, os capangas jogaram os dois na propriedade vizinha e foram embora, dando, sem saber, oportunidade para José Pereira viver e contar sua história. E essa história, que correu o mundo, era a seguinte: em 1989 – ano em que caiu o Muro de Berlim; ano em que os brasileiros votaram pela primeira vez em uma eleição direta para presidente depois da ditadura – José Pereira, Paraná e outras dezenas de seres humanos trabalhavam como escravos numa fazenda no coração do Pará.

O Brasil foi o último país a proibir a escravidão no continente americano. A abolição veio em 13 de maio de 1888, com a Lei Áurea. Mas não só aqui, como ao redor do planeta, tanto no campo quanto na cidade, a prática de obrigar pessoas a trabalhar em condições análogas à escravidão continua em pleno século 21. “O capitalismo mostrou que pode conviver com formas não livres de trabalho. Longe de ser uma anomalia, há uma relação pacífica entre capitalismo e escravidão”, explica o historiador Norberto Ferreras, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e destaca: “Normalmente associamos escravidão ao trabalhador que corta cana ou colhe café. Nos Estados Unidos, parte da industrialização se desenvolveu com base no trabalho escravo. A indústria têxtil na Bahia teve participação de trabalho escravo. Hoje, boa parte do trabalho têxtil no mundo é realizado por escravos – que eu prefiro chamar de trabalhadores forçados”.

Mas, afinal, como se define a escravidão? O conceito sobreviveu aos dias de hoje? Não há consenso entre quem estuda o assunto. Como consequência direta do caso José Pereira, no Brasil temos um marco legal mundialmente reconhecido por sua definição ampla de trabalho análogo à escravidão. Ele foi resultado de uma caminhada que começou em 1994, quando o Brasil foi levado à Corte Interamericana de Direitos Humanos por não ter evitado, tampouco responsabilizado aqueles que submeteram Zé Pereira à escravidão. No ano seguinte, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso reconheceu que existia trabalho análogo ao de escravo no país e criou órgãos de combate e fiscalização. Em 1998, a legislação mudou para punir com mais rigor os ‘gatos’, criminosos que aliciam pessoas e as transportam para locais onde trabalharão como escravos. Em 2002, os trabalhadores resgatados conquistaram o direito a receber seguro-desemprego. Contudo, o caso José Pereira só teria conclusão em 2003, quando o país assumiu formalmente sua responsabilidade perante à comunidade internacional e assinou um acordo que deu fruto a mudanças paradigmáticas.

“A mais importante delas foi a alteração da redação do Código Penal”, garante Tiago Cavalcanti, procurador responsável pela Conaete, a Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, vinculada ao Ministério Público do Trabalho. Ele explica que o texto anterior, de 1940, era genérico: “Só dizia que era crime reduzir alguém à condição análoga a de escravo e que a pena era de dois a oito anos de prisão. Para condenar, o juiz tinha que conhecer as condições da escravidão colonial para entender o que são condições análogas à escravidão. Isso levava a um número elevado de absolvições”. Com a mudança, o artigo 149 do Código Penal passou a considerar que existe escravidão quando alguém é submetido a trabalhos forçados, jornada exaustiva, condições degradantes de trabalho ou restrição de locomoção, por qualquer meio, em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto. “O que é o trabalho forçado? É aquele para o qual a pessoa não se ofereceu de espontânea vontade ou do qual não consegue se desvincular. A jornada exaustiva é aquela em que o trabalhador não consegue repor as suas energias até o dia seguinte e, com isso, fica em constante fadiga física, situação que pode levar

à morte. Condições degradantes de trabalho são condições subumanas, é ver o trabalhador comendo a comida e bebendo a água de porcos, dormindo em currais”, exemplifica Cavalcanti, que destaca que o trabalho degradante e a restrição de locomoção em razão de dívidas são os fatores mais comuns de resgate de trabalhadores feitos por órgãos de fiscalização no Brasil.

“O Rio de Janeiro não usa o escravo do Rio, vem de Minas; lá, se usa o escravo de Mato Grosso; onde, por sua vez, se usa o escravo que vem do Pará”, exemplifica Ricardo Rezende, coordenador do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GPTEC/UFRJ). Ele cita o antropólogo francês Claude Meillassoux para explicar essa dinâmica: “Meillassoux estudou a África pré-colonial e concluiu que é uma visão eurocêntrica compreender que há só um tipo de escravidão quando as formas de escravidão são múltiplas. A escravidão grega, a romana, a africana nas Américas, a africana na África tem distinções e semelhanças. Para ele, o que há de comum em toda escravidão é o fato de o escravo ser sempre o outro: o estrangeiro, o diferente, aquele que não é da família, que não goza da mesma identidade de quem é de casa. É sempre o *outsider*”.

Os dados do Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil, lançado no final de maio, corroboram essa dinâmica. Entre 1995 – quando começaram a ser realizadas ações de fiscalização pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – e 2017, mais de 50 mil pessoas foram resgatadas de trabalho em condições análogas à escravidão. Entre 2003 e 2017, 91% dos resgatados tinham nascido em locais com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) considerado “muito baixo” pelas Nações Unidas. “A escravidão, invariavelmente, está relacionada à pobreza, à miséria, à vulnerabilidade”, aponta Cavalcanti. Sem perspectiva em suas cidades de origem, jovens e adultos são atraídos por promessas de trabalho em outros lugares. “É assim que o trabalhador contrai uma dívida com o empregador ou preposto: começa se endividando no transporte até o local; depois, através da compra de produtos alimentícios e até de equipamentos de trabalho vendidos a preços inflacionados pelo próprio patrão. E ele não consegue retornar ao seu local de

origem porque não tem nem dinheiro, às vezes nem documentos que foram apreendidos pelo patrão. Muitas vezes é vigiado por capangas para não fugir”, descreve o procurador, que completa: “Nosso Código Penal prevê, portanto, quatro hipóteses que pretendem reproduzir fielmente as condições de vida e de trabalho do escravo pré-republicano”.

Para Ricardo Rezende, a lei brasileira “volta às raízes da definição da escravidão”. “A lei concebe a escravidão como um atentado à dignidade da pessoa humana. A característica não é exatamente a coerção, a venda ou a compra, mas tratar a pessoa como coisa, objeto”, diz. Tiago Cavalcanti segue linha de raciocínio parecida: “O que caracterizava a situação de escravidão era a apropriação de um ser humano por outro e o trabalho escravo contemporâneo também pretende reproduzir essa essência da escravidão. Hoje, quando nós resgatamos trabalhadores em condição subumanas de trabalho, essas pessoas são tratadas como animais de tração na produção de riquezas econômicas. O destino desses trabalhadores não pertence a eles”, diz o coordenador da Conaete.

Mas isso está longe de ser ponto pacífico entre quem estuda o assunto. Para Norberto Ferreras, a questão da propriedade legalmente autorizada de uma pessoa sobre outra é determinante para caracterizar o conceito de escravidão. “A escravidão foi um regime legal, com leis e regras no Brasil e em vários países das Américas, África e Ásia. A escravidão foi determinada pela propriedade da pessoa, foi caracterizada pelo fato de as pessoas poderem ser comercializadas no mercado legalmente”, argumenta, completando: “Marx definia escravo como um bem de capital. Não que não visse humanidade no escravo, mas ele não considerava que o escravo produzia mais-valia como o trabalhador livre. E o escravo não produzia mais-valia porque era capital fixo, propriedade. Uma coisa é a propriedade e outra a apropriação. A apropriação é a tentativa de tomar uma coisa que não é sua. É um crime e precisa ser combatido. Mas a apropriação das pessoas pode acontecer dentro ou fora do mundo do trabalho”. Por esses e outros motivos, o historiador integra a corrente de pesquisadores que usa o conceito de “trabalho forçado” em vez de “trabalho análogo à escravidão”.

Retrocessos

Se o debate se estende por referências e atravessa disciplinas acadêmicas, ninguém nega que a realidade vivida por milhares de trabalhadores no país (e milhões no mundo) é extremamente dura e precisa ser mais conhecida e melhor combatida. Mas hoje, se depender do Congresso Nacional e do governo federal, os brasileiros ficarão mais vulneráveis a situações de trabalho análogo à escravidão. Um exemplo recente foi dado pela batalha judicial em torno da publicação da “lista suja” do trabalho escravo.

Instituído em 2004 pelo Ministério do Trabalho, o cadastro torna público os nomes de empregadores e empresas flagrados utilizando trabalho escravo em sua cadeia produtiva. O nome só é incluído ao fim do processo administrativo criado a partir do auto da fiscalização, que inclui, obviamente, o direito de defesa do empregador. No final de 2014, a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) entrou com uma ação pedindo a suspensão da “lista suja”. O ministro Ricardo Lewandowski, do STF, concedeu liminar em favor da Abrainc. Era o começo de uma controvérsia que se arrasta até hoje. Isso porque o Ministério do Trabalho passou a evitar a publicação dos nomes. Após uma batalha judicial do MPF contra a pasta, em março deste ano a lista foi divulgada. Contudo, a União ainda recorre da decisão no STF.

“Existe um interesse econômico evidente por trás disso. Quem aparece na lista são escravagistas – e quem são os escravagistas no nosso país? São grandes agricultores, grandes proprietários de terra, grandes empresas. Exatamente por conta disso, há um lobby muito forte para que não se publique a lista suja porque as empresas temem muito mais os efeitos da divulgação do que propriamente outras

punições decorrentes da legislação civil e criminal. A partir do momento que você escancara para a sociedade que aquela pessoa jurídica ou pessoa física foi responsabilizada por trabalho escravo, isso tem, certamente, efeitos em sua imagem pública”, comenta Tiago Cavalcanti, que assina a ação judicial que obrigou o governo federal a publicar o cadastro.

Outro retrocesso diz respeito à regulamentação da Emenda Constitucional (EC) 81. A conhecida ‘EC do Trabalho Escravo’ tramitou no Congresso entre 1999 e 2014 sob forte reação da bancada ruralista por, originalmente, prever que propriedades onde se utilizasse trabalho escravo poderiam ser expropriadas. A sanção da EC 81 só foi possível graças a um acordo: ela só passaria a valer depois de ser regulamentada por outra lei. A proposta de regulamentação, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB), propõe retirar do texto as jornadas de trabalho exaustivas e as condições degradantes de trabalho como situações análogas à escravidão. “Se passar, teremos um retrocesso imensurável porque o projeto condiciona a caracterização da escravidão contemporânea à restrição da liberdade física de ir e vir. A gente vai ver um trabalhador tratado como animal e não vai poder resgatar porque ele não vai estar algemado, não vai estar com um grilhão preso à sua perna”, critica o procurador.

No contexto da reforma trabalhista, coisa ainda pior pode vir. Trata-se do PL 6442/16 do deputado federal Nilson Leitão (PSDB), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Segundo o texto – que complementa a reforma trabalhista –, o trabalhador pode passar a receber “remuneração de qualquer espécie”, o que significa que o salário pode ser pago em habitação ou comida, por exemplo. “Se for aprovado nesses termos, é possível que a gente tenha trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão sob o crivo da lei”, resume Tiago Cavalcanti. O

SE NADA DER CERTO

Num momento em que o país assiste à remoção violenta de cracolândias em São Paulo e ao aumento da violência urbana ligada ao tráfico de drogas em várias cidades brasileiras, vale recuperar as lições da História. Conhecidas pelo sistema de repressão violento, caro e ineficaz, as políticas antidrogas têm favorecido o aumento do crime organizado e a explosão das populações carcerárias.



LEI SECA

A Lei Seca nos EUA começou na década de 1920 e proibiu a fabricação, o transporte e a venda de bebidas alcoólicas. Alphonse Gabriel "Al" Capone, nasceu no Brooklyn em 1899, mas em Chicago se tomou um dos principais controladores dos pontos de vendas ilegais de bebidas.

Al Capone expandiu seus negócios. Estima-se que em Chicago contava com cerca de 700 membros fortemente armados. Em seu auge, chegou a arrecadar mais de 100 milhões de dólares por ano. Tornou-se uma celebridade nos Estados Unidos e foi eleito uma das personalidades mais importantes do mundo pela *Time*, como um legítimo empresário e filantropo. Foi preso em 1931 por sonegação de impostos.

A Lei Seca, que vigorou por 13 anos, começou com o objetivo de combater a pobreza e a violência. Foi revogada porque seu resultado gerou o aumento da corrupção, explosão da criminalidade em diversos estados e o enriquecimento das máfias que dominavam o contrabando das bebidas alcoólicas.



GUERRA ÀS DROGAS

Na década de 1970, o presidente dos Estados Unidos Richard Nixon autorizou a política Lei e Ordem, que foi utilizada para legitimar a violência contra os ativistas do partido dos Panteras Negras e, mais tarde, como uma justificativa das disparidades raciais nas sentenças de traficantes negros durante a epidemia de crack nos anos 80. Ainda em 1971, Nixon declarou que o inimigo público número 1 do país era o abuso de substâncias ilegais.

Começava assim sua Guerra às Drogas, que previa a proibição, ajuda e intervenção militar ao redor do mundo para reduzir o comércio ilegal. A Colômbia, por exemplo, foi alvo direto em 1994, quando os EUA lançam sua grande ofensiva ao cultivo e ao tráfico de drogas nesse país, com as fumigações. A guerra contra as drogas que se desenrolou na Colômbia trouxe mais mortes, contaminação ambiental, deslocamentos, fome e instabilidade política e social.

Segundo a *London School of Economics*, atualmente mais de 1 trilhão de dólares já foram gastos na guerra às drogas e o mercado ilegal dessas substâncias está avaliado em aproximadamente 300 bilhões de dólares. Cerca de 40% dos 9 milhões de presos em todo o mundo são em razão das drogas. Sob as políticas que não deram certo, 5% da população mundial, cerca de 243 milhões de pessoas, usam drogas ilícitas.





TRABALHO EDUCAÇÃO SAÚDE

Através do diálogo entre os três eixos que formam o título, o periódico científico editado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz busca contribuir para a consolidação da produção científica na área de Educação Profissional em Saúde.

**Trabalho, Educação e Saúde
está em acesso livre nos sites:**

www.scielo.br/tes

www.revista.epsjv.fiocruz.br

**Também se encontra
disponível no Portal de
Periódicos da Fiocruz:**

www.periodicos.fiocruz.br

Informações:

Tel.: (21) 3865-9850

E-mail: revtes@fiocruz.br

Confira o conteúdo do volume 15, número 2:

EDITORIAL

Terceirização: o futuro do trabalho no Brasil

Giovanni Alves

ENSAIO

Deliberação coletiva: uma contribuição contemporânea da bioética brasileira para as práticas do SUS

Doris Gomes e Juan Carlos Siurana Aparisi

ARTIGOS

Estratégias para consolidação da coordenação do cuidado pela atenção básica

Patty Fidelis de Almeida, Juliana Marin e Elisete Casotti

Limites dos planos de cargos, carreiras e salários para desprecarização das relações de trabalho no SUS

Tamiris Pereira Rizzo e Francisco Antonio de Castro Lacaz

Contexto hospitalar público e privado: impacto no adoecimento mental de trabalhadores da saúde

Anelise Schaurich dos Santos, Janine Kieling Monteiro, Alitêia Santiago Dilêlio, Génesis Marimar Rodrigues Sobrosa e Sílvia Batista Von Borowski

Impactos psicossociais do contexto de construção do complexo petroquímico do Rio de Janeiro

Marcela de Abreu Moniz, Jaqueline Manhães Pereira e Rayara Mozer Dias

Individualização dos cuidados em saúde e apassivação do usuário no âmbito da educação em saúde na estratégia saúde da família

Gilberto Eder de Oliveira Júnior, Marcel Brentano Diehl, Gerson Mattos e João Luiz Gurgel Calvet da Silveira

Identificação e notificação de maus-tratos em crianças e adolescentes por médicos de família no Ceará

Geraldo Bezerra da Silva Junior, Ana Carine Arruda Rollim, Gracyelle Alves Remigio Moreira, Carlos Roberto Silveira Corrêa e Luiza Jane Eyre de Souza Vieira

Apoio matricial: uma experiência da residência multiprofissional em saúde

Aline Barreto de Almeida Nordi e Geovani Gurgel Aciole

Panorama dos cursos de graduação em saúde coletiva no Brasil entre 2008 e 2014

Jéssica Janal Santos Meneses, Monaise Madalena Oliveira e Silva; Marcelo Eduardo Pfeiffer Castellanos e Guilherme de Sousa Ribeiro

Estudantes, docentes e profissionais na atenção básica: coexistência segundo a fenomenologia heideggeriana

Lucimar Aparecida Britto Codato, Mara Lúcia Garanhani, Alberto Durán González e Maria de Fátima Prado Fernandes

Dos 'recursos humanos' à gestão do trabalho: uma análise da literatura sobre o trabalho no SUS

Stela Maris Lopes Santini, Elisabete de Fátima Polo de Almeida Nunes, Brígida Gimenez Carvalho e Francisco Eugênio Alves de Souza

Qualidade de vida no trabalho de pessoas com deficiência física

Bertran Gonçalves Coutinho, Inácia Sátiro Xavier de França, Alessandro Silva Coura, Kaio Keomma Aires Silva Medeiros e Jamilly da Silva Aragão

Humanização da saúde e inclusão social no atendimento de pessoas com deficiência física

Aline Missel, Cassia Cinara da Costa e Gustavo Roeser Sanfelice

Equipes de atenção primária: dificuldades no cuidado de pessoas com doenças crônicas não transmissíveis

Cassiane Silocchi e José Roque Junges

Participação social, planejamento urbano e promoção da saúde em Campo Grande (MS)

Christinne Cavalheiro Maymone Gonçalves e Cláudia Maria Bógus

RESENHAS

As ciências sociais na educação médica. Nelson Filice de Barros, 1ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2016, 185p.

Lidiane Mara de Ávila e Silva e Jaqueline Teresinha Ferreira

Ensino médio: à luz do pensamento de Gramsci. Paolo Nosella. Campinas: Editora Alínea, 2016, 180 p.

Ana Margarida de Mello Barreto Campello

